

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO  
CAMPUS MORRINHOS**

**KECCI GILDA PEREIRA DA SILVA**

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM LÍNGUA MATERNA E MATEMÁTICA:  
CONCEITOS, PONTOS E CONTRAPONTO**

**MORRINHOS – GO**

**2023**

KECCI GILDA PEREIRA DA SILVA

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM LÍNGUA MATERNA E MATEMÁTICA:  
CONCEITOS, PONTOS E CONTRAPONTO**

Trabalho de Curso apresentado como requisito parcial  
para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia do  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia  
Goiano – Campus Morrinhos

Orientadora: Profa. Doutoranda Kênia Bomtempo.

**MORRINHOS – GO**

**2023**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/IF Goiano Campus Morrinhos**

S586a Silva, Kecci Gilda Pereira da.

Alfabetização e Letramento em Língua Materna e Matemática:  
conceitos, pontos e contrapontos. / Kecci Gilda Pereira da Silva. –  
Morrinhos, GO: IF Goiano, 2023.

62 f.

Orientadora: Dra. Kênia Bomtempo de Souza.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Instituto Federal Goiano  
Campus Morrinhos, Licenciatura em Pedagogia, 2023.

1. Alfabetização. 2. Alfabetização Matemática. 3. Numeramento. I.  
Souza, Kênia Bomtempo de. II. Instituto Federal Goiano. III. Título.

CDU 372.41

# TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO

## PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS

### NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

#### IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese (doutorado)            | <input type="checkbox"/> Artigo científico              |
| <input type="checkbox"/> Dissertação (mestrado)      | <input type="checkbox"/> Capítulo de livro              |
| <input type="checkbox"/> Monografia (especialização) | <input type="checkbox"/> Livro                          |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC (graduação)  | <input type="checkbox"/> Trabalho apresentado em evento |

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Matrícula:

Título do trabalho:

#### RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial:  Não  Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIIF Goiano: //

O documento está sujeito a registro de patente?  Sim  Não

O documento pode vir a ser publicado como livro?  Sim  Não

#### DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Local

//

Data

*Kecci Gilda Pereira da Silva*

Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)



Documento assinado digitalmente

KENIA BOMTEMPO DE SOUZA

Data: 08/12/2023 14:17:13-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 79/2023 - CCEG-MO/CEG-MO/DE-MO/CMPMHOS/IFGOIANO

### **ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO**

Aos 25 dias do mês de outubro de 2023, às 9 horas e 40 minutos, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: Kenia Bomtempo de Souza (orientadora), Sangelita Miranda franco Mariano (membro) e Márcia Friedrich (membro), para examinar o Trabalho de Curso intitulado "ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM LÍNGUA MATERNA E MATEMÁTICA: CONCEITOS, PONTOS E CONTRAPONTOS" da estudante Kecci Gilda Pereira da Silva, do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IF Goiano – Campus Morrinhos. A palavra foi concedida a estudante para a apresentação oral do TC, houve arguição da mesma pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela APROVAÇÃO/COM RESSALVAS da estudante que obteve a nota de 9,5 (nove virgula cinco décimos). Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

*(Assinado Eletronicamente)*

Kênia Bomtempo de Souza

Orientador(a)

*(Assinado Eletronicamente)*

Sangelita Miranda Franco Mariano

Membro

*(Assinado Eletronicamente)*

Márcia Friedrich

Membro

## Observação:

( ) O(a) estudante não compareceu à defesa do TC.

Documento assinado eletronicamente por:

- Márcia Friedrich, 359.275.500-53 - Usuário Externo, em 10/11/2023 16:32:37.
- Sangelita Miranda Franco Mariano, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 30/10/2023 10:48:09.
- Kenia Bomtempo de Souza, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 30/10/2023 10:26:06.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 30/10/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 543066

Código de Autenticação: 0a20564012



INSTITUTO FEDERAL GOIANO  
Campus Morrinhos  
Rodovia BR-153, Km 633, Zona Rural, SN, Zona Rural, MORRINHOS / GO, CEP 75650-000  
(64) 3413-7900

KECCI GILDA PEREIRA DA SILVA

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM LÍNGUA MATERNA E MATEMÁTICA:  
CONCEITOS, PONTOS E CONTRAPONTO**

Trabalho de Curso apresentado como requisito parcial  
para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia do  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia  
Goiano – Campus Morrinhos

Orientadora: Profa. Doutoranda. Kênia Bomtempo.

Morrinhos, 25 de outubro de 2023.

---

Profa. Doutoranda Kênia Bomtempo

Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Morrinhos

---

Profa. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano

Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Morrinhos

---

Profa. Ma. Marcia Friedrich

Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Morrinhos

**MORRINHOS – GO**

**2023**

Aos meus filhos Anna Laura, Davi e Liz, ao meu marido Junio Alves dos Reis, a minha orientadora Kênia Bomtempo e aos meus professores que contribuíram para esta formação.



## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, a Deus, que sem ele nada seria possível.

Ao meu marido Junio Alves dos Reis por sempre ter acreditado em mim, mesmo quando eu mesma não acreditava.

Aos meus filhos Anna Laura, Liz e Davi que são minha maior força para não desistir, especialmente, Anna Laura que participou de todo processo.

A Maria José, pessoa essencial em meus estudos, pois para que eu pudesse estudar, cuidou da minha filha ao longo da graduação.

Aos meus pais Quilvia e Antônio por todo apoio mesmo de longe.

A minha amiga Mayara Santos, uma professora espetacular que foi morar com Deus.

A professora Kênia Bomtempo, minha orientadora e amiga, por todo o ensinamento e paciência.

Aos meus professores desde a alfabetização a graduação que contribuíram para meu aprendizado, principalmente aqueles que me ensinaram a importância do que seja Alfabetizar e Letrar.

## RESUMO

Esse trabalho de curso procurou abordar a temática envolvendo a Alfabetização e Letramento/Numeramento em Língua Materna e também em Matemática. A pesquisa em Alfabetização Matemática e Letramento Matemático/Numeramento são cruciais para a compreensão de como as pessoas aprendem e usam conceitos matemáticos, e ainda para o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida em uma sociedade cada vez mais complexa e tecnológica. Além disso, ela desempenha um papel fundamental na melhoria da educação e no avanço da sociedade como um todo. O objetivo deste trabalho de curso foi o de compreender os processos de Alfabetização e Letramento em Língua Materna e em Matemática para traçar e observar os possíveis pontos e contrapontos partindo ainda da necessidade de comunicação que observa a linguagem a escrita, a oralidade. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, em que foram consultadas fontes para esclarecimentos sobre o tema, apesar de não abarcar todas. As pesquisas em Alfabetização Matemática e Letramento Matemático/Numeramento podem informar a tomada de decisões políticas relacionadas à educação, ao currículo escolar e à alocação de recursos educacionais. Nesse sentido, esse trabalho de curso aborda a importância de compreender o como a Alfabetização em Língua Materna/Língua Portuguesa é importante para a Alfabetização em Matemática, da mesma forma o Letramento/Numeramento, considerando que a Matemática precisa de uma compreensão da Língua Materna e posteriormente que essa compreensão possibilite a leitura e interpretação do mundo também em linguagem matemática. Observa-se que ser Alfabetizado, Letrado em Língua Materna e também em Matemática, na forma de Numeramento, pode contribuir com a democratização social do ser, que pensa de forma crítica e reflexiva, contribuindo com a construção de uma sociedade melhor. Para tanto, foi escolhido os estudos de Soares (2002, 2003, 2004, 2012, 2013) e Danyluk (2002) como as principais colaboradoras deste texto.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Alfabetização Matemática. Letramento. Letramento Matemático. Numeramento.

## ABSTRACT

This course work sought to address the topic involving Literacy and Literacy/Numeracy in the Mother Tongue and also in Mathematics. Research in Mathematical Literacy and Mathematical Literacy/Numeracy is crucial for understanding how people learn and use mathematical concepts, and also for the development of essential skills for life in an increasingly complex and technological society. Furthermore, it plays a fundamental role in improving education and advancing society as a whole. The objective of this course work was to understand the processes of Literacy and Literacy in Mother Tongue and Mathematics to outline and observe possible points and counterpoints, still starting from the need for communication that observes written language and orality. This is a bibliographical research, in which sources were consulted for clarification on the topic, although it does not cover them all. Research in Mathematical Literacy and Mathematical Literacy/Numeracy can inform policy decision-making related to education, the school curriculum and the allocation of educational resources. In this sense, this course work addresses the importance of understanding how Literacy in Mother Tongue/Portuguese Language is important for Literacy in Mathematics, as well as Literacy/Numeracy, considering that Mathematics needs an understanding of the Mother Tongue and later, this understanding enables the reading and interpretation of the world also in mathematical language. It is observed that being Literate, Literate in Mother Tongue and also in Mathematics, in the form of Numeracy, can contribute to the social democratization of the being, who thinks critically and reflectively, contributing to the construction of a better society. To this end, the studies by Soares (2002, 2003, 2004, 2012, 2013) and Danyluk (2002) were chosen as the main contributors to this text.

**Keywords:** Literacy. Mathematical Literacy. Literacy. Mathematical Literacy. Numeracy.

Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias.

Paulo Freire

## SUMÁRIO

<b>1 COMPREENDENDO O PORQUÊ DA INVESTIGAÇÃO PROPOSTA.....</b>	<b>9</b>
<b>2 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.....</b>	<b>13</b>
2.1 Alfabetização e Letramento: Origem e Desenvolvimento no Brasil.....	13
2.2 A oralidade e a escrita: algumas ideias.....	26
<b>3 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: MATEMÁTICA E LÍNGUA MATERNA/LÍNGUA PORTUGUESA.....</b>	<b>31</b>
3.1 Alfabetização e Letramento: alguns conceitos da Língua Materna.....	32
3.2 A Alfabetização e o Letramento Matemático: conceitos e possibilidades .....	42
<b>4 PONTOS E CONTRAPONTOS .....</b>	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>57</b>

## 1 COMPREENDENDO O PORQUÊ DA INVESTIGAÇÃO PROPOSTA

Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade.

Paulo Freire

Sou nascida e criada na cidade de Morrinhos no estado de Goiás, venho de uma família de pouquíssimos recursos financeiros e de baixa escolaridade. Sou filha mais velha de três irmãos, minha trajetória escolar foi cheia de altos e baixos até chegar no curso de Pedagogia. Em 2000, ingressei na escola aos seis anos de idade em uma unidade escolar pública que ficava próxima do bairro onde eu morava, também meus amigos e primos estudavam lá.

Fui matriculada na 1º série (assim era a denominação), me lembro que chorava todos os dias porque os outros estudantes conheciam o alfabeto e liam pequenas palavras e eu mal sabia manusear um lápis. A professora chamada Suleide, regente da 1 série, observando meu sofrimento conversou com a diretora e descobriram um engano, eu estava na série errada, assim explicaram para minha mãe e me voltaram para o pré (Educação Infantil), a partir de então, comecei a gostar de ir para escola, professora Osmarina, um amor de pessoa sempre sorridente, era a professora da alfabetização, apresentou um mundo mágico de letras, números e cores. Estudei do pré a 4º série nessa escola, fui muito feliz e aprendi a gostar de literatura infantil e sempre que podia levava livros para casa, porém, nesse percurso encontrei também com o bullying e sofri muito com apelidos e piadinhas de mau gosto com meu nome e por não ter roupas e sapatos da moda e como essa situação não era levada a sério como é hoje, desenvolvi um grande trauma e não queria ir para escola. Passando para 5º série, foi um mundo novo, deixei o trauma de lado, como já gostava de estudar e sempre tirei notas boas, aprofundei ainda mais nos estudos.

No ano de 2007 no mês de outubro, meus pais se separaram, eu no final da 7º série com 13 anos na época, vi minha trajetória escolar e dos meus irmãos ficar complicada, paramos de ir para escola, as professoras muito bondosas decidiram nos passar de ano mesmo sem fazer as provas finais. No ano seguinte, na 8ª série não consegui concluir, fiquei muito revoltada e triste com o processo de separação dos meus pais o que afetou meus estudos, tentei voltar dois anos seguidos, mudei de escola várias vezes mas sem sucesso, voltei somente em 2010, quando o ensino fundamental, segunda fase, já tinha passado de oito anos para 9 anos, e assim ao invés de cursar a 8º série iria cursar o 9º ano. Conclui 9º ano e passei para o ensino médio, e tive uma grande surpresa no percurso, fiquei grávida da minha primeira filha, mesmo com ela recém-

nascida conclui o 1º ano passando para o 2º ano, encontrando um empecilho, o fechamento do ensino médio em algumas escolas do Estado no período noturno, e para minha infelicidade, a escola em que eu estudava fechou, e era a mais perto da minha casa, tentei em outra escola mas era muito longe e superlotada, eu com um bebê de 4 meses e que mamava exclusivamente no seio me fez desistir mais uma vez, fiquei um tempo sem estudar e logo, comecei a trabalhar deixando de lado os estudos.

Sempre fui aluna exemplar, considerada por vezes a melhor aluna da turma, sonhava em cursar uma faculdade, mas via meu sonho cada vez mais distante e depois que me tornei mãe ficou mais difícil de retornar, mas sempre tinha uma faísca de esperança dentro do meu coração para voltar a estudar. Em 2015, após 4 anos afastada da escola, resolvi voltar depois de separar do pai da minha filha e ficar desempregada com uma filha pequena de apenas 4 anos e descobrir que sem estudo não se arruma emprego nenhum, eu andava todos os dias entregando currículos e não conseguia trabalho por ser mãe solteira e não ter ensino médio completo. Matriculei na Educação de Jovens e Adultos (EJA), me dediquei, fui 3 vezes destaque da sala, ganhei medalhas, prêmios e certificados do projeto “Aluno NOTA 10”, conclui em 1 ano e meio meus estudos. Foi muito difícil, levava minha filha todos os dias porque não tinha com quem deixar, às vezes, ela dormia na carteira e eu tinha que carregá-la até em casa, mas conclui.

Resolvi prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), prestei e fiquei aguardando o resultado e quando saiu fiquei triste porque meu sonho era cursar direito e a nota era insuficiente, nunca me imaginei cursando Pedagogia, mas como já trabalhei em um berçário por dois anos e gostei de lecionar, me matriculei no curso de Pedagogia no Instituto Federal Goiano. Minha nota não foi tão boa, então, não fui chamada na 1º e 2º chamada, porém, o instituto realizou uma chamada presencial, estava sem esperanças, achei que não daria certo, meu marido que na época era namorado me deu muita força e com muita insistência fomos e para minha surpresa fui escolhida para cursar minha tão sonhada faculdade, chorei de emoção quando chamaram meu nome.

Ao iniciar o curso de Pedagogia, comecei a conviver com a realidade sobre Alfabetização e Letramento, e comecei a estudar sobre tais assuntos que antes não me chamavam a atenção ou até mesmo que eu não ouvia em grupos que frequentava.

No segundo período, participei do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) com duração de 18 meses, ia na escola campo 1 vez por semana e recebi uma bolsa, nesse período pude conhecer a realidade de 4 salas de aula e presenciei dificuldades no desenvolvimento no Letramento e Alfabetização em Matemática bem como também em Língua Materna ao observar que os alunos são apenas receptores de uma educação voltada para

Alfabetização mecânica deixando de fora o Letramento tanto em Língua Materna/Portuguesa como em Matemática. Outro ponto, que observei, foi que a maioria das crianças nos 1º e 2º anos gostam muito de matemática, e após o 3º ano encontram dificuldades na matéria e algumas passam a ter a preferência por língua portuguesa por falta de uma Alfabetização e Letramento que façam sentido para criança e não meros conteúdos escolares, também, participei na metade do curso do Programa Residência Pedagógica, que boa parte foi realizado em sistema remoto, somente ao final, fomos para o presencial, onde notei que os alunos tinham a mesma dificuldade encontrada no Pibid. Sendo assim, a partir de minhas experiências no Pibid, Residência Pedagógica, nos estágios e os estudos propostos pelos professores, achei que eu deveria estudar sobre o assunto.

Portanto, esta pesquisa se propôs a investigar sobre os pontos e contrapontos relacionados a Alfabetização e Letramento em Língua Materna, que em nosso caso é a Língua Portuguesa e também a Alfabetização em Matemática com o Letramento Matemático também chamado de Numeramento.

Este trabalho está organizado em três seções, sendo a primeira sobre a origem e desenvolvimento da Alfabetização e Letramento no Brasil que passam pela história de como iniciou-se o processo educacional no país, desde a chegada dos jesuítas. Ao falar em Alfabetização entendemos a necessidade em compreender sobre a oralidade e a escrita, e assim exploramos também um pouco sobre isso.

Na segunda seção deste trabalho estudamos sobre os conceitos de Alfabetização e Letramento/Numeramento. Observamos que existe a necessidade em compreender o processo de escrita, oralidade e ainda conceituar a Alfabetização e Letramento em Língua Materna/Língua Portuguesa para só então tentarmos compreender também tais processos em Matemática, que também é uma linguagem que prescinde e depende da Língua Materna.

Na terceira seção, chamamos de Pontos e Contrapontos entre as duas linguagens: Materna e Matemática. Procuramos compreender e explorar as convergências e divergências de se alfabetizar e letrar pensando sempre na construção de um ser que pensa e raciocina em sua língua materna também para resolver problemas da matemática.

A Alfabetização e o Letramento são de extrema importância para viver em sociedade por várias razões, isso envolve tanto a Língua Materna quanto a Matemática. Esses processos permitem que as pessoas comuniquem suas ideias, pensamentos e sentimentos de forma escrita e leiam o que os outros têm a dizer. A comunicação eficaz é crucial para a interação social, para o entendimento mútuo e para a construção de relacionamentos pessoais e profissionais.



A Alfabetização e o Letramento/Numeramento oferecem autonomia e independência, permitindo que as pessoas ajam de forma independente, compreendam instruções, sigam direções e resolvam problemas por si mesmas. Em resumo, a alfabetização é uma habilidade fundamental que capacita as pessoas a participar ativamente da sociedade, a tomar decisões informadas, a buscar conhecimento e oportunidades, e a melhorar suas vidas e as vidas de suas comunidades. Ela é um dos pilares da cidadania plena e do desenvolvimento pessoal e social. Tudo isso nos motivou a estudar e escrever este trabalho.

## 2 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Os termos Alfabetização e Letramento são termos frequentemente utilizados na área de educação e estão diretamente relacionados aos processos de aquisição da leitura e da escrita, isso na língua materna, mas precisamos pensar também sobre os conceitos e usos desses termos na Alfabetização e Letramento e/ou “Numeramento” Matemático.

Inicialmente discutiremos sobre a origem desses conceitos no Brasil, que remontam ao século XX e está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento da educação no país. O termo alfabetização, inicialmente refere-se ao processo no qual a criança, nesse contexto, aprende a ler e escrever. Esse processo de alfabetização ocorre geralmente na escola, porém também pode ocorrer fora dela, desse espaço formal de conhecimento, em contextos informais, já que em casa, muitas crianças aprendem também. Entretanto, o conceito de Alfabetização e Letramento precisam ser expandidos, já que alfabetizar não garante uma plena participação na sociedade e assim entra o Letramento que traz uma dimensão mais ampla do que simplesmente alfabetizar, se considerarmos essa prática como sendo a aquisição da linguagem e seus códigos, sem, contudo, a compreensão do todo.

Essa parte do texto é dedicada a compreensão da origem dos termos e conceitos, e ainda partindo da importância de se pensar na oralidade e na escrita e as relações existentes que também envolvem o letramento que na sociedade contemporânea é estudado enquanto concepção social da língua. Objetivamos o olhar nas múltiplas facetas e as relações entre a aquisição da língua e escrita nos adquiridas nos processos de alfabetização, e como as concepções de ensino derivadas dessas relações envolvem a prática social enquanto modo de se aprender a viver como ser também letrado.

### 2.1 Alfabetização e Letramento: Origem e Desenvolvimento no Brasil

Para que possamos entender como os pesquisadores compreendem e escrevem sobre os termos Alfabetização e Letramento no Brasil, precisamos compreender um pouco sobre as origens educacionais e de conceitos relacionados a este estudo, de forma concisa, porém considerando aspectos históricos e culturais relataremos alguns dados importantes sobre esses processos no Brasil.

Os estudos dos processos educacionais no Brasil nos remetem à época dos jesuítas, todos estudamos na escola que eles ensinavam a ler e escrever, nas histórias que ouvimos sempre vemos essa conotação “ler e escrever”, nos parece que a necessidade do povo era

adquirir essas habilidades, e quase nunca ouvimos dizer os jesuítas também ensinavam as “contas, as operações de mais e menos, ou multiplicar e dividir”. Nesse sentido, a Matemática do alfabetizar parece não existir.

O desenvolvimento e a história da Alfabetização em nosso país remontam ao período da colonização, quando os exploradores portugueses chegaram ao país. A Língua portuguesa tornou-se língua oficial, e pela história observamos um esforço em colonizar e garantir a disseminação da Alfabetização usando essa Língua.

Observamos muitos períodos relacionados à alfabetização no Brasil, e podemos destacar: a alfabetização Jesuítica no Brasil Colonial (1549-1759), a alfabetização no Brasil Imperial (1808- 1889), a alfabetização no Brasil Republicano (1890- 1964) e ainda a alfabetização no Regime Militar (1964- 1985), bem como muitas mudanças após esses períodos citados.

Os primeiros registros de tentativas de ensino da leitura e escrita em terras brasileiras datam do século XVI. Os jesuítas, que chegaram ao Brasil em 1549, desempenharam um papel crucial na implementação da educação no país. Eles estabeleceram missões e colégios, onde ensinavam não apenas aspectos religiosos, mas também a língua portuguesa e outras disciplinas.

Segundo Piletti (1991, p. 34), “os jesuítas responsabilizaram-se pela educação dos filhos dos senhores de engenhos, dos colonos, dos índios e dos escravos”. O ensino era direcionado principalmente aos filhos dos colonos portugueses, especialmente aos que pertenciam às elites. Os indígenas, no entanto, também foram alvo da catequese jesuíta e tiveram oportunidades de aprendizado. No entanto, é importante destacar que a educação no Brasil colonial era bastante limitada e seletiva. A grande maioria da população, incluindo escravos africanos e camadas mais pobres da sociedade, não tinha acesso à alfabetização formal. A educação, naquela época, estava diretamente relacionada à condição social e ao poder econômico.

O sistema de ensino jesuítico apresentava uma rede organizada de escolas e uniformidade de ação pedagógica. Além das escolas de ler e escrever, ministrava o ensino secundário e superior.

De acordo com Oliveira (2005), a Coroa portuguesa desempenhou um papel significativo na origem da alfabetização no Brasil, em 1549 com a chegada dos jesuítas, enviados pela Coroa, eles começaram a estabelecer escolas e missões em colônias, com o objetivo de difundir a fé católica entre a população nativa. Eles acreditavam que a Alfabetização na educação fosse essencial para a cristianização, porém ensinavam habilidades básicas de leitura e escrita, predominantemente em latim, já que o português era já falado pelas comunidades indígenas locais.

Observamos que o interesse seria atender à Igreja e seus interesses, pois queriam alfabetizar para catequizar, tanto indígenas como colonos, e assim transmitir a doutrina religiosa. Sendo assim, Silva (2001) afirma que ao criarem essa modalidade de ensino, serviu aos interesses da igreja e do estado proporcionando a criação da primeira escola de ler e escrever no Brasil, que também ensinava música instrumental, cânticos, e aprendizagem profissional agrícola, a gramática latina, e ainda para completar falava sobre estudos de viagens à Europa (SILVA, 2011).

Segundo Oliveira (2005), esse modelo de ensino perdurou por mais de dois séculos, mesmo não sendo prioridades a todos, como mulheres e meninas que deviam se ocupar dos afazeres domésticos. Para Ramos (2010), os jesuítas souberam se apropriar de elementos lúdicos que alfabetizassem os indígenas, mesmo que fosse em favor da igreja, no sentido de catequizar. Com a expulsão dos jesuítas pelo Marques de Pombal em 1759, sendo que o mesmo colocou os sargentos das milícias para substituir professores jesuítas, ministrando as aulas, perdeu-se o sentido de alfabetização instituído pelos jesuítas, pois eles observavam e investigavam o ir e vir dos indígenas para então saberem como abordar as técnicas de alfabetização de uma forma que os indígenas aprendessem, o que não foi feito pelos sargentos.

Para Oliveira (2005), essa mudança de padres de que ensinavam de acordo com a realidade dos indígenas, mudou muito, pois ao invés de avançar, o Brasil retrocedeu, usando um ensino militarizado de magistrocêntrico, com metodologias que usavam a decoração do alfabeto e que ainda propunha castigos cruéis, exatamente como estes foram herdados pela escravidão africana.

Ao observarmos por esse lado, vemos que os primeiros ensinamentos que consideravam a pessoa enquanto ela mesma, no sentido de alfabetizar foi feito pelos jesuítas, mesmo que isso não fosse pensado pelo bem do desenvolvimento de questões sociais e educacionais. Brito (1997), assinala então que a divisão de classes sociais ocorreu e vem ocorrendo desde o Brasil Colônia, em que a prioridade passou a ser não mais catequizar, mas sim elitizar, ou seja a grande massa populacional ficou de lado, e iniciou-se o processo de educação dos filhos daqueles que podiam ter educação. O ensino era direcionado principalmente aos filhos dos colonos portugueses, especialmente aos que pertenciam às elites.

No entanto, é importante destacar que a educação no Brasil colonial era bastante limitada e seletiva. A grande maioria da população, incluindo escravos africanos e camadas mais pobres da sociedade, não tinha acesso à alfabetização formal e nem os indígenas que antes tinham. A educação, naquela época, estava diretamente relacionada à condição social e ao poder econômico.

Sebastião José de Carvalho, o marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal, em 1759, ao entrar em conflito com os jesuítas ele, os expulsou das colônias portuguesas, e assim acabaram-se suas escolas. Piletti (1991) observa que esse conflito ocorreu pelo fato de os jesuítas se oporem a serem controlados pelo governo português. E assim, sem as escolas dos jesuítas o Brasil iniciou um processo de mudanças na educação antes implantada.

O marques de Pombal e sua reforma pombalina, segundo Laert Ramos de Carvalho, nas palavras de Piletti (1991), objetivou:

[...] criar a escola útil aos fins do Estado e, nesse sentido, ao invés de preconizar uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar, pretenderam os homens de Pombal organizar a escola que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa (PILETTI, 1991, p. 36).

E assim, temos uma nova época iniciado na educação. Com a expulsão dos jesuítas foram destruídas as estruturas vigentes e o Estado ao assumir os encargos com a Educação propôs mudanças significativas, porém conservando os professores, pessoas preparadas pelos jesuítas anteriormente, havendo assim uma continuidade pedagógica. “O ensino brasileiro, ao iniciar o século XIX, estava reduzido a pouco mais que nada” (PILETTI, 1991, p. 37), já que, com a reforma pombalina, nenhum sistema educativo comparado ao jesuítico passou a existir.

Ao observarmos que durante o período colonial a alfabetização no Brasil era restrita às elites religiosas, vemos que os métodos dos jesuítas eram os considerados rudimentares na Europa, porém foram utilizados tanto na instrução quanto na catequização dos nativos, inclusive no ensino do Latim, porém sempre existiu, nessa fase a falta de políticas públicas educacionais, o que limitava o acesso à leitura e escrita pela maioria da população.

Com a chegada da família Real, em 1808, juntamente com a Corte Portuguesa, viu-se que o país não tinha estruturas educacionais para atender a Corte, e assim, iniciou-se o processo de estruturar essa educação de acordo com as necessidades dos filhos da nobreza. Nessa época o ensino era organizado em três níveis: primário, secundário e superior, e o último, ensino superior passou a ter mais atenção do império, pois se preocupavam em formas principalmente as classes dirigentes.

[...] ao invés de procurar montar um sistema nacional de ensino, integrado em todos os seus graus e modalidades, as autoridades preocuparam-se mais em criar algumas escolas superiores e em regulamentar as vias de acesso a seus cursos, especialmente através do curso secundário e dos exames de ingresso aos estudos de nível superior (PILETTI, 1991, p. 41).

Esse caráter classista de educação evidenciou ainda mais a influência da elite, para quem realmente se direcionava a educação brasileira. Após a Independência, o sistema educacional passou por reformas e uma delas foi a criação da 1ª Constituição Brasileira de 1824. A Constituição em seu artigo 179 previa educação primária gratuita para todos, e em 1827, uma lei determinou a criação de escolas, chamadas de primeiras letras e também de escolas para meninas que não existiam por aqui.

Com essa base escravocrata de nada adiantava essas políticas educacionais. Em 1834 adicionou-se à constituição um ato passando às províncias a responsabilidade sobre o ensino primário e secundário. Por causa de vários fatores, as províncias não podiam oferecer o mesmo ensino, umas melhores financeiramente e outras não, por exemplo. Assim, a desigualdade social aumentou e viveu-se a decadência do ensino. Quem tinha bens, e poder aquisitivo maior estudava e os outros não.

A educação no Brasil durante o período imperial (1822-1889) passou por diversas transformações, refletindo as mudanças políticas, sociais e econômicas que ocorreram ao longo desse período. A educação foi uma questão fundamental para a consolidação do Império Brasileiro e para a construção de uma identidade nacional. No geral, durante o período imperial, houve avanços significativos na educação no Brasil, especialmente no que diz respeito à criação de instituições de ensino superior e ao estabelecimento de leis que buscavam a universalização do ensino elementar. No entanto, o acesso à educação ainda era restrito a uma parcela privilegiada da população, e a desigualdade persistia. O ensino era em sua maioria influenciado pela Igreja Católica e pelas ideias pedagógicas europeias da época. A educação no Brasil só passaria por transformações mais profundas e inclusivas após a Proclamação da República, em 1889.

Em 1840, começou o reinado de D. Pedro II, e este durou até a Proclamação da República em 1889. Esse período foi marcado por manifestações tanto religiosas quanto políticas e sociais, e logo tivemos a Proclamação em decorrência de tudo isso e esse mesmo período, também foi marcado por instabilidade política, com regências assumindo o governo em nome do jovem imperador D. Pedro II. As mudanças ocorridas envolvem leis promulgadas em favor dos escravos, a Lei do Ventre Livre de 1871, até a Lei Áurea em 1888, abolindo a escravidão. Iniciou-se o processo de imigração para o trabalho (SILVA, 2011).

De acordo com Silva (2011), chegaram povos religiosos e também de religiões protestantes e “Para ensinar a Bíblia, conseqüentemente, eles precisavam alfabetizar as pessoas que frequentavam as aulas” (SILVA, 2011, p. 41). Podemos observar que a Educação não serviria apenas às elites e aos monarcas, mas seu cunho volta a ser novamente religioso, ou seja

educação com meios que pretendem um fim que seria a “evangelização” dos povos e não a Alfabetização de cunho crítico que gerasse conhecimento e ciência.

A Alfabetização no Brasil Imperial foi um processo complexo e desafiador, marcado por avanços e retrocessos. Neste período, o país passou por transformações sociais, políticas que influenciaram diretamente o acesso à educação e à alfabetização. No entanto, apesar dos esforços do governo imperial, a taxa de analfabetismo aumentou e continuou alarmante, além disso, havia uma clara segregação racial no acesso à educação.

Somente após a Proclamação da República que o analfabetismo, o não conhecimento das classes pobres, passou a ser motivo de preocupação do Estado, já que a sociedade exigia mudanças no sistema educacional. E assim inicia-se o período republicano, compreendido entre 1890 a 1964. A educação no Brasil republicano passou por diversas mudanças e transformações ao longo do século XX, refletindo as diferentes políticas e ideologias que marcaram o país nesse período.

O período republicano é compreendido entre 1889 a 1930, entretanto os estudos sobre a República datam de 1890. De acordo com Silva (2011) com a Proclamação da República em 1889, houve uma busca por modernização em várias áreas, incluindo a educação. Para além disso em 1891 foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabeleceu princípios para a educação, mas deixou a organização do sistema educacional a cargo dos estados.

Para a autora, Silva (2011), durante esse período, a educação continuou a ser predominantemente elitizada, com acesso limitado para a população mais pobre e para as áreas rurais. A Igreja Católica perdeu parte do controle sobre a educação, com uma maior secularização do ensino. Escolas públicas foram criadas e alguns esforços foram feitos para expandir o acesso à educação básica.

Silva (2011) aponta também a era Vargas, de 1930 a 1945, pensando dessa forma em um breve resumo. O governo de Getúlio Vargas trouxe mudanças significativas na educação. E em 1932, surge o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, estabelecendo princípios para uma nova política de educação, um importante documento que expressou as preocupações e ideias de um grupo de educadores brasileiros sobre a necessidade de reformas na educação do país. Seu principal objetivo era promover uma renovação profunda no sistema educacional brasileiro, visando a modernização e a democratização do ensino.

O manifesto, “Proclama a educação como direito de todos, sem distinção de classes e situação econômica, reivindica escola pública, gratuita, obrigatória e leiga, tratando a educação como problema de ordem social” (BRITO, 1997, p. 29). Para Brito (1997), em 1932 aconteceu

também a V Conferência Nacional de Educação, sendo discutido e aprovado um Plano Nacional de Educação (PNE), tal plano foi destinado à reconstrução do sistema educacional do país. Essa conferência foi de grande importância pois, com ela, o país pensou em melhorias educacionais.

Em 1934, é atribuído à União, pela Constituição Federal a competência de estudar e implementar diretrizes para a Educação no país, pensando assim em um Plano Nacional de Educação de forma democrática, entretanto de acordo com Brito (1997), devido ao Golpe de Estado, tais planos não se consolidaram.

A Constituição de 1934 estabeleceu a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário. Foi criado o Ministério da Educação e Saúde (atualmente Ministério da Educação - MEC), consolidando a gestão da educação em nível federal.

A Carta Constitucional de 1937 aboliu os sistemas de ensino estaduais, os conselhos e o plano nacional, pensado em valorizar o ensino técnico profissional, destinado às classes menos favorecidas. Com isso, nesse contexto, a Carta Constitucional de 1937 retirou do estado toda e qualquer obrigação com a Educação. Sendo assim, “a educação deixa de ser um direito individual para se construir num dever paternalista” (BRITO 1997, p. 30).

A Reforma Capanema de 1942, liderada pelo Ministro Gustavo Capanema, teve como objetivo modernizar o sistema educacional, expandindo o ensino técnico e profissionalizante. A Reforma Capanema teve um impacto significativo na modernização do sistema educacional brasileiro e na expansão do acesso à educação básica e ao ensino profissionalizante. No entanto, também houve críticas, pois a reforma não abordou integralmente as questões de desigualdade e exclusão social, que continuaram a ser desafios persistentes na educação brasileira.

Em 1946, uma nova Constituição é feita, retomando várias coisas da de 1934 (BRITO, 1997). Tal documento foi muito importante enquanto instrumento de democratização, pois serviu de inspiração para um importante documento posterior: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1948. Entretanto essa lei tramitou incansavelmente por longos 13 anos no Congresso Nacional. Só em 1961 foi promulgada, já de forma “velha e caduca” já que as lutas sociais pela educação já eram outras (BRITO, 1997).

A Constituição destinada de 1946, em seu Art. 167, destinava 10% do orçamento da União e 20% dos estados, de forma insuficiente, mas que de certa forma representavam um avanço para que esse direito a educação fosse assegurado. Contudo, “apesar da mudança de regime e da nova constituição, a legislação educacional herdada do Estado Novo vigorou até 1961, quando teve início a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (PILETTI, 1991, p. 99).



Para Silva (2011) o período democrático, pós 1945, e com o advento da Constituição de 1946 estabeleceu a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário e secundário. Durante as décadas de 1950 e 1960, houve um crescimento da educação pública, com investimentos em escolas e universidades. A década de 1960 também viu o início de debates sobre a educação popular, especialmente no contexto das lutas sociais e movimentos de esquerda.

Observa-se que só a partir de 1930, a alfabetização no país passou a ser motivo de preocupação, somente após esse período, devido às mudanças no cenário nacional com a Revolução Industrial. Precisavam de pessoas que soubessem ler, escrever e calcular, e assim a mão de obra precisava ser qualificada para atender a demanda. “Nessa época foi criado o ensino supletivo para alfabetizar os trabalhadores que não tiveram oportunidade de estudar durante a infância e juventude” (SILVA, 2011. p. 53).

Com a Ditadura Militar a Educação Brasileira foi transformada em um evento de preparação para o trabalho. Esse período que compreende de 1964 a 1985 concentrou o poder e implementou políticas de controle sobre a educação, buscando influenciar os conteúdos e moldar a formação dos estudantes. Se antes o ideal de democratização e universalização não foram consolidados, nesse período se distanciou ainda mais. A ditadura prezou pela repressão, privatização do ensino, e deu continuidade ao ensino voltado à classe dominante. Fez a oficialização do ensino profissionalizante e técnico, pensou em instrumentalizar para o mercado e só promoveu o desmantelo da profissão do magistério. Houve fortes repressões aos movimentos estudantis e à liberdade de expressão nas instituições de ensino. Apesar disso, ocorreram investimentos em infraestrutura educacional, incluindo a expansão das universidades.

Uma das primeiras medidas adotadas pelos militares foi a criação do Ato Institucional nº 5 (AI -5), que permitiu o fechamento do Congresso Nacional, a suspensão das garantias constitucionais e a intensificação da repressão estatal. Essa repressão também se estendeu à educação, com a demissão de professores considerados subversivos e ainda a censura de conteúdos ideologicamente contrários ao que o regime militar considerava correto.

Para além disso, o regime militar também impôs um modelo de educação autoritária, baseado na ideologia do regime e da disciplina. As escolas foram militarizadas, com uniformes obrigatórios e requintes que obrigavam a saber de cor hinos e ainda outras posturas militares, para além da disciplina rígida. A liberdade, a expressão e a autonomia das instituições educacionais foram restritas a um ensino padronizado e limitado.

Com esse olhar, observamos o ensino técnico e profissionalizante que passou a ser oferecido para as classes populares, pois ele delineou muito bem a sua função na sociedade que

era exclusivamente o de: atender exclusivamente as necessidades do mercado. E dessa forma, o saber, que é realmente saber continuava sendo das elites.

Pela Lei nº 5.540/68, o governo promoveu a Reforma Universitária:

- Instituiu o vestibular classificatório para acabar com os ‘excedentes’;
- Deu à universidade um modelo empresarial;
- Organizou as universidades em unidades praticamente isoladas;
- Multiplicou as vagas em escolas superiores particulares (PILETTI, 1991, p. 16).

Nesse período, foi aprovada a lei nº 5.692/71 reformulando os ensinos de 1º e 2º graus, isso se deu sem participação nenhuma da sociedade, tal mudança fez o 1º grau de 8 anos dedicado à educação geral e o 2º grau, de 3 a 4 anos, de forma obrigatória, era profissionalizante. Com essas mudanças, as disciplinas que promoviam reflexões e questionamentos deixaram de ser ofertadas no 2º grau, e conseqüentemente houve também o aumento de matérias obrigatórias.

Com o fim da Ditadura Militar, a partir de 1985, iniciou-se um processo de redemocratização na educação, com a elaboração de uma nova Constituição em 1988 que enfatizava a importância da educação como direito fundamental. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, chamada de LDB de 1996 trouxe mudanças significativas, reafirmando a obrigatoriedade do ensino básico e estabelecendo diretrizes para a educação em todos os níveis (SILVA, 2011).

O acesso à educação continuou a se expandir, com um foco crescente na inclusão e diversificação das modalidades de ensino. O país também enfrentou desafios persistentes, como a qualidade desigual da educação e a falta de recursos adequados para as escolas públicas. É importante observar que a educação no Brasil é um tema complexo e multifacetado, com diferentes políticas e desafios ao longo do tempo. O acesso, a qualidade e a equidade na educação continuam sendo questões centrais para o país.

A influência da ditadura militar na educação brasileira ainda pode ser sentida nos dias de hoje. Com o passar do tempo, observamos o crescimento das instituições de ensino, e ainda de implementações de políticas educacionais, entretanto nem sempre com sucesso.

No Brasil, a alfabetização é um direito garantido pela Constituição de 1988. Segundo o artigo 208, assegura-se o ensino fundamental para todos e o dever do Estado de oferecê-la gratuitamente. No entanto, apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas, ainda existem desafios a serem superados.

Em 19 de dezembro de 2001, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas declarou a “Década da Alfabetização”, esse slogan representou “conjunto de metas e ações, de abrangência internacional, sob a coordenação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)” (MORTATTI, 2013). Essa década no Brasil foi um importante marco na luta pela educação de qualidade e quantidade no país. Iniciada em 2003 e com término em 2012, por meio de políticas públicas efetivas e da transferência da sociedade.

Essas iniciativas implementadas no Brasil contribuíram com o avanço em algumas perspectivas, mas também retrocessos relacionados a problemas históricos, para Mortatti (2013):

Dentre esses problemas, destaca-se o silenciamento da discussão em torno do conceito restrito e rudimentar de alfabetização, no qual, em consonância com o princípio do “aprender a aprender” derivado de modelo político neoliberal, fundamentam-se as políticas educacionais e correspondentes “sistemas de avaliação” de habilidades e competências de leitura e escrita, a partir das quais se espera que os alunos aprendam e são definidoras da função do professor como mero “provedor de estratégias” para essa aprendizagem (MORTATTI, p. 17, 2013).

Mortatti (2013) afirma que apesar desses e de outros esforços a avaliação de políticas públicas sobre alfabetização no Brasil é um tema ainda pouco explorado, inclusive se pensarmos que quando são feitas essas reflexões, elas abordam outros aspectos da Educação. A Autora também destaca outros movimentos globais a partir de 1990, sendo eles: Ano Internacional da Alfabetização (1990), Declaração de Jomtien (1990), Declaração de Dakar – Educação para todos (2000), Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) e Alfabetização para o Empoderamento (Life) (2005).

Apesar de muitas políticas, foi só nas décadas de 1990 e 2000 que o governo brasileiro iniciou implementação de políticas públicas que atendessem à educação e a Alfabetização. Segundo Mortatti (2013) no final da década de 1980, por causa da redemocratização do país e ainda devido a elaboração da Constituição Brasileira de 1988, os diálogos sobre a Educação e alfabetização foram vistos nesse cenário nacional. Para a autora, o processo de implementação de avaliações e monitoramento de programas propôs a comparação com outras realidades não brasileiras, mostrou também avanços significativos, porém permaneciam problemas graves.

Após muitas iniciativas em melhorar a qualidade da Educação no Brasil, com algumas possibilidades reais e outras não, iniciou-se o movimento por um Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, chamado de PNAIC. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) foi uma política pública implementada no Brasil com o objetivo de

garantir que todas as crianças do país fossem alfabetizadas até os oito anos de idade, ou seja, até o final do terceiro ano do ensino fundamental. O PNAIC foi lançado em 2012 como uma parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e estados e municípios brasileiros.

O principal objetivo do programa foi “alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico” (BRASIL, 2007). O Pacto foi criado em resposta aos altos índices de analfabetismo no Brasil, o país enfrentou um desafio significativo para garantir que todas as crianças adquirissem habilidades básicas de alfabetização, especialmente aquelas de origens desfavorecidas.

O pacto envolve quatro eixos a saber: Formação Continuada de Professores, Materiais Didáticos e Pedagógicos; Avaliações; Gestão, Controle Social e Mobilização (BRASIL, 2012a). Dessa forma, pensando nesses eixos, o programa se concentrou em fortalecer as habilidades dos professores e melhorar as condições de aprendizagem dos estudantes, especialmente aqueles que frequentam escolas em áreas de baixa renda. Esses eixos foram pensados dentro de um conceito de “Ciclo de Alfabetização” que se concretiza no Ensino Fundamental de Nove Anos.

Na Formação de Professores, o PNAIC tinha como foco central a formação continuada de professores que atuavam nos primeiros anos do ensino fundamental, onde a alfabetização ocorre. Os docentes participavam de cursos, oficinas e atividades de capacitação para melhorar suas práticas de ensino e a abordagem pedagógica.

Foram desenvolvidos materiais didáticos específicos para apoiar a alfabetização. Esses materiais eram voltados para professores, alunos e famílias, buscando oferecer recursos que auxiliassem no processo de aprendizagem da leitura e escrita. E a avaliação também passou por mudanças, o programa incluía instrumentos de avaliação para monitorar o progresso dos alunos em relação à alfabetização. Isso permitia que os professores identificassem eventuais dificuldades e aplicassem intervenções pedagógicas adequadas.

O Ciclo de Alfabetização, pensado para os três primeiros anos do Ensino Fundamental e além de pensar sobre as habilidades a serem exploradas e as aprendizagens pensa também em um conceito de “Progressão Continuada”, ou seja, a criança com a possibilidade de aprofundar sua aprendizagem nos três anos sem cobranças feitas com exagero. De acordo com o Caderno de apresentação do PNAIC, sem a progressão continuada voltava-se às reprovações e estas “[...] logo no início da escolarização causa muita desmotivação, [...] geralmente, as crianças reprovadas tendem a continuar com dificuldades e, frequentemente, evadem mais facilmente da escola”, (BRASIL, 2012b, p.23). Entretanto esse modelo de avaliação garante a passagem

pelos três anos, porém com a garantia dos direitos de aprendizagem e não simplesmente para concluir o ciclo.

A avaliação no PNAIC envolve três etapas: processual, a Prova Brasil e a Prova Ana. A processual é feita pelo professor em sala de aula, A Prova Brasil é uma avaliação em larga escala e é desenvolvida com as crianças no final do 2º ano e a Prova Ana no final do 3º ano, também realizada em larga escala.

Silva, Carvalho, Silva (2016, p. 30) apontam que:

Embora a primeira modalidade avaliativa seja realizada pelos professores em sala de aula, o princípio orientador é a aferição de desempenhos mediante avaliações de larga escala. Tais práticas avaliativas encontram-se localizadas dentro de um contexto reformista, a partir do qual percebemos a difusão de discursos sobre a importância de que sejam desenvolvidas práticas de ensino eficazes que possibilitem o alcance de bons resultados nas avaliações.

Nesse sentido o professor precisa além de avaliar em sala, pensar seu trabalho para ser também avaliado externamente, nessas avaliações de larga escala. Silva, Carvalho, Silva (2016) observam que este tipo de autogestão funciona como uma política neoliberal de educação, assim como o discurso de uma formação constante e permanente do professor.

O PNAIC envolvia uma cooperação entre o governo federal, estados e municípios. As ações eram coordenadas de forma conjunta, buscando alinhar políticas e estratégias para a alfabetização. O principal enfoque do programa era garantir que todas as crianças brasileiras fossem alfabetizadas até os oito anos de idade, uma etapa crucial para o desenvolvimento educacional futuro. O programa teve impactos significativos, mas também enfrentou desafios, incluindo a capacitação constante dos professores e a garantia de condições adequadas de ensino. Apesar disso, o PNAIC representou um esforço importante para melhorar a qualidade da alfabetização no Brasil e para estabelecer uma base sólida para o sucesso educacional das crianças.

O Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) não foi encerrado de maneira abrupta ou específica. Em vez disso, sofreu transformações e evoluções ao longo dos anos, sendo incorporado a outras iniciativas e políticas educacionais no Brasil. O PNAIC, como programa autônomo e com esse nome específico, foi gradativamente integrado a um conjunto mais amplo de ações educacionais.

O PNAIC foi implementado a partir de 2012, com o objetivo de garantir que todas as crianças fossem alfabetizadas até os oito anos de idade. Ele envolveu parcerias entre o governo federal, estados e municípios, e seu foco estava na formação de professores, na disponibilização de materiais didáticos e no acompanhamento do processo de alfabetização.

No entanto, ao longo do tempo, a política educacional no Brasil passou por diversas mudanças, e ações de alfabetização foram integradas a outros programas e políticas. Algumas das mudanças mais significativas que afetaram o PNAIC incluem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); a Política Nacional de Alfabetização (PNA); e Programas Integrados.

A BNCC é um documento que define o que todos os alunos brasileiros devem aprender na educação básica. Em 2018, foi aprovada a BNCC para o ensino infantil e fundamental. A BNCC incorporou diretrizes pedagógicas que afetam a forma como a alfabetização é abordada nas escolas, impactando indiretamente o PNAIC. Em 2019, o governo federal lançou a Política Nacional de Alfabetização, que propôs uma nova abordagem para a alfabetização no Brasil. Essa política trouxe mudanças em relação ao foco e aos métodos de ensino da alfabetização, afetando a maneira como o PNAIC era implementado. Quanto aos Programas Integrados, ao longo do tempo, o PNAIC foi incorporado a programas e políticas mais amplas que visavam aprimorar a qualidade da educação básica no Brasil. Ações de formação de professores e de melhoria da alfabetização passaram a fazer parte de iniciativas mais abrangentes.

Não houve um encerramento específico e direto do PNAIC, mas sim uma integração e evolução das suas abordagens e princípios dentro de políticas educacionais mais amplas. As ações de alfabetização continuam a ser importantes, mas são adaptadas às mudanças nas políticas educacionais e às necessidades em constante evolução das escolas e dos alunos brasileiros. Em outras palavras, cada governo implementa leis e condições educacionais que atendam aos seus anseios e nem sempre são aqueles que a população espera e merece.

Ao pensarmos na comunicação observando os processos de Alfabetização, vemos que a escrita de letras e números e posteriormente das palavras, são muito importantes para que se passe uma mensagem ou informação. De acordo com Cagliari (1998, p. 14), o sistema de escrita surgiu a partir dos registros quantitativos observados em objetos rupestres, tais como ossos, madeira, cajados. Para a autora, “Esses registros passaram a ser usados nas trocas e vendas, representando a quantidade de animais ou de produtos negociados. Para isso, além dos números, era preciso inventar os símbolos para os produtos e para os proprietários”.

Sabemos que a Alfabetização é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de um país e ainda o crescimento pessoal de seus cidadãos. No Brasil, a busca pela aprendizagem da leitura e da escrita começou há muitos séculos, passando por diversas etapas, e aqui nesta parte desse texto nossa intenção foi a de mostrar um pouco das origens e sem, contudo, aprofundar, e/ou passar por outros períodos mais recentes, mesmo sabendo de sua importância. Conquistas e desafios descrevem o início do ensino no Brasil, e os desafios perduram.

## 2.2 A oralidade e a escrita: algumas ideias

A fala e a escrita são duas modalidades distintas de produção textual-discursiva que apresentam características próprias e desempenham papéis fundamentais na comunicação humana. Embora tanto fala como escrita, sejam formas de expressão verbal, cada uma possui particularidades que as definem e distinguem nos diferentes contextos. Sendo assim, devemos compreender as relações existentes entre a fala e a escrita, observando ainda que de um lado temos a fala e a escrita, e de outro a oralidade e o letramento, sem que essa observação seja de caráter dicotômico.

Para compreendermos sobre a Alfabetização e o Letramento, considerando ainda que o Letramento envolve práticas sociais ligadas aos atos de ler e escrever, precisamos então estudar um pouco sobre a fala, a escrita, a oralidade, bem como suas principais diferenças e particularidades.

Marcuschi (2008) observa, que se pensarmos na história da humanidade, a fala/oralidade surgiu muito antes da escrita, entretanto isso não significa que a oralidade seja superior à escrita. A fala é uma forma de comunicação que ocorre em tempo real, envolvendo a utilização da voz e de gestos, enquanto a escrita é uma forma fixa de comunicação, que utiliza o sistema convencional para representar a linguagem. Essa diferença fundamental tem implicações significativas.

Segundo Marcuschi (2008, p. 17), “... sob o ponto de vista mais central da realidade humana, seria possível definir o homem como um ser que fala e não como um ser que escreve”. Nesse sentido, o autor nos mostra que os estudos não significam que a oralidade seja superior à escrita, isso vem de uma convicção equivocada e generalizada, pois não se considera que a escrita seja derivada da fala, que nesse ponto de vista seria primária. Nem sempre a escrita reproduz todos os aspectos da fala, para esse autor existe sim uma “primazia cronológica”, porém as limitações de cada uma e seus alcances é que determinam seus usos e prioridades na vida social.

Embora a cultura escrita seja considerada posterior a da fala, tornou-se indispensável. Enquanto na fala há a possibilidade de um diálogo direto e imediato entre as pessoas, na escrita, há uma temporalidade diferente, em que as mensagens podem ser vistas e lidas em momentos distintos. Para Marcuschi (2008, p. 17), “oralidade e escrita são práticas e usos da língua com características próprias, mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas linguísticos nem uma dicotomia”.

Marcuschi e Dionísio (2007), observam que a escola também existe para ensinar a escrita e a língua, porém só os “usos” da língua, e não como ela o é definitivamente, e “o que deveria ser explicado é o escândalo da ausência, e não a estranheza da presença do trabalho com a oralidade na sala de aula, ao lado do trabalho com a escrita” (p. 8). Para isso, compreendemos que enquanto a fala é caracterizada por elementos verbais, como entonação, ritmo, ênfase e expressões faciais, que auxiliam na transmissão dos significados e emoções, na escrita, esses elementos não-verbais estão ausentes, o que pode resultar em uma comunicação menos expressiva e mais fácil de mal entendidos. Ou seja, o ensino, na escola deveria primar por um trabalho que coadunasse a aprendizagem tanto da escrita quanto da fala de uma forma prazerosa e eficaz.

Marcuschi e Dionísio (2007, p. 8), ponderaram e escreveram algumas premissas para a compreensão das relações entre fala e escrita:

- 1) Todas as línguas desenvolvem-se em primeiro lugar na forma oral e são assim aprendidas por seus falantes. Só em segundo lugar desenvolve-se a escrita, mas a escrita não representa fala nem é dela derivada de maneira direta.
- 2) Todas as línguas variam tanto na fala como na escrita, e não há língua uniforme ou imutável, daí ter-se que admitir regras variáveis em ambos os casos.
- 3) Nenhuma língua está em crise, e todas são igualmente regradas, não havendo quanto a isso distinção entre línguas ágrafas e línguas com escrita.
- 4) Nenhuma língua é mais primitiva que outra, e todas são complexas, pouco importando se são ágrafas ou não.

Os autores, ao enunciarem essas premissas, nos mostram que tanto a fala quanto a escrita são modos de funcionamento de uma língua, porém não são dois sistemas linguísticos distintos como afirmam alguns autores. Marcuschi e Dionísio (2007, p. 13) apontam ainda que “toda nossa atividade discursiva situa-se, grosso modo, no contexto da fala ou da escrita”, sendo assim todas as práticas que envolvem a atividade discursiva precisam compreender o papel desses dois sistemas e como eles podem ser utilizados e explorados.

Precisamos observar as diferenças como também as possibilidades e, ao pensar nessas diferenças vemos que a espontaneidade presente na fala é um fato, pois na conversação oral, é comum o uso de pausas, hesitações e repetições, que conferem um caráter mais informal e menos estruturado à comunicação. Por outro lado, a escrita é uma forma de expressão mais elaborada e planejada, que exige um maior cuidado na escolha das palavras, na organização das ideias e na correção gramatical. Isso permite uma maior precisão e clareza na transmissão de informações, mas também pode tornar a escrita mais burocrática e menos dinâmica.

Assim podemos pensar sobre a questão levantada por Marcuschi (2008, p. 22): “em que contextos e condições são usadas a oralidade e a escrita, isto é, quais são os usos da oralidade



e da escrita na nossa sociedade?”. Nesse sentido precisamos pensar quem é o público nessa sociedade e ainda pensar que toda e qualquer fala tende a ser direcionada para um público imediato, em que o contexto situacional e as características individuais dos interlocutores são levados em consideração. Esse pensar permite uma maior adaptabilidade e flexibilidade na escolha da linguagem e no uso de recursos comunicativos. Já a escrita costuma ser dirigida a um público mais amplo, em diferentes tempos e lugares, o que requer uma linguagem mais formal e universal, que possa ser compreendida por pessoas diversas.

A partir da perspectiva de que a língua em uso apresenta um conjunto de práticas sociais que variam da modalidade oral para a escrita e se entrecruzam em muitos momentos, é possível pensar que a relação entre oralidade e escrita se fundamenta na ideia de um continuum (MARCUSCHI, 2008, p. 34).

É importante pensar sobre isso, pois se pensarmos nessa continuidade das relações entre a oralidade e a escrita, nos remete a um assunto posterior neste texto, o Letramento, que nessa perspectiva nos mostra a oralidade separada da escrita e vice-versa. Porém, podem e existem momentos em que os dois conceitos e práticas se mostrem juntos.

Para que possamos compreender melhor as ideias na perspectiva de Marcuschi (2008), podemos retomar alguns conceitos definidos por ele (p. 25-6)

\*Oralidade: prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob várias formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora.

\* Fala: forma de produção textual-discursiva para fins comunicativos na modalidade oral (situa-se no plano da oralidade, portanto), sem a necessidade de uma tecnologia além do aparato disponível pelo próprio ser humano.

\* Escrita: modo de produção textual-discursiva para fins comunicativos com certas especificidades materiais. Se caracteriza por sua constituição gráfica, embora envolva também recursos de ordem pictórica e outros (situa-se no plano dos letramentos).

Podemos perceber que o processo de ensino, escrita e oralidade na escola é crucial para o desenvolvimento completo das crianças, pois permite que elas adquiram habilidades essenciais para a comunicação em sociedade. Nesse processo, é importante considerar aspectos diversos, como a idade, suas capacidades individuais e a criação de um ambiente propício para a prática dessas habilidades.

De acordo com o avanço nos anos escolares, é importante proporcionar às crianças e estudantes uma maior compreensão dos diferentes tipos de textos e seus usos em diferentes contextos. Por exemplo, atividades de leitura e interpretação de texto podem contribuir com o desenvolvimento da escrita e da compreensão da gramática e ortografia, paralelamente, a

prática da oralidade pode ser incentivada por meio de trabalhos de apresentações orais, debates e outros.

Podemos observar bem a fala de Marcuschi e Dionísio (2007, p. 15) que defendem:

(...) não há razão alguma para desprestigiar a oralidade e supervalorizar a escrita. Também não há razão alguma para continuar defendendo uma divisão dicotômica entre fala e escrita nem se justifica o privilégio da escrita sobre a oralidade. Ambas têm um papel importante a cumprir e não competem. Cada uma tem sua arena preferencial, nem sempre fácil de distinguir, pois são atividades discursivas complementares. Em suma, oralidade e escrita não estão em competição. Cada uma tem sua história e seu papel na sociedade.

Para os autores citados, a intenção é mostrar que os usos da língua são variados, ricos e podem até ser muito criativos, porém existem limites que não podem ser ignorados, pois “a língua constitui-se de um sistema de regras que lhe subjaz e deve ser obedecido” (MARCUSCHI e DIONÍSIO, 2007, p. 15). A informalidade da fala se manifesta pelo uso de expressões coloquiais e até mesmo gírias, erros gramaticais, que podem ser comuns na comunicação oral, entretanto, a escrita apresenta características como a objetividade, a permanência, a formalidade e a necessidade de regras que delimitem precisão e clareza na informação a ser passada.

Sendo assim, falar sobre Alfabetização e Letramento prescinde de uma compreensão acerca da oralidade/fala e da escrita, sabemos a importância da escola nesse processo, e também dos aspectos sociais envolvidos na educação e no ensino. Para Marcuschi (2008) a Alfabetização é um processo com aspectos contraditórios, sendo útil ou preocupante, e nesse sentido o Estado é que deve ter políticas necessárias com objetivos que orientem sempre sobre a supervisão do Estado, no sentido de que a apropriação da escrita não seja, segundo o autor, “ideologizável”, mas sim ao contrário disso.

Marcuschi (2008) também afirma que o papel da escrita hoje é muito diferente do que ela tinha em outros tempos e culturas, fazendo com que o papel da Alfabetização e sua história na sociedade não sejam considerados de forma linear. A escrita é considerada como mais importante do que a leitura, porém a oralidade, segundo Marcuschi continua na moda. “A escrita é um fato histórico e deve ser tratado como tal e não como um bem natural” (2008, p.24), que foi desenvolvida em determinados momentos da evolução humana, de forma mais tradicional e antiga, isso implica que a fala é uma habilidade espontânea e natural, enquanto a escrita é uma habilidade aprendida e sistematizada que requer o domínio dos códigos convencionais necessários ao seu conhecimento.

As relações existentes entre a escrita e a oralidade e os processos escolares são de extrema importância ao desenvolvimento integral das crianças, principalmente no período de Alfabetização. Ambos, são meios de comunicação que possuem papéis fundamentais na construção do conhecimento, na expressão das ideias e na interação social. Escrever contribui para o desenvolvimento das habilidades cognitivas, como a organização do pensamento, a análise crítica e a resolução de problemas. A comunicação oral é igualmente importante, pois é uma habilidade essencial para a interação social, a expressão de sentimentos, emoções e o desenvolvimento das habilidades necessárias ao desenvolvimento escolar. A leitura e a escrita devem estar intrinsecamente relacionadas nas atividades escolares, permitindo que os alunos pratiquem e desenvolvam habilidades em ambos os meios de comunicação.

Dessa forma, devemos compreender o papel da escrita e da oralidade/fala para, em seguida, observarmos como se desenvolve o processo de Alfabetização e Letramento de quais habilidades eles dependem, suas características e possibilidades, principalmente no meio educacional.

### **3 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: MATEMÁTICA E LÍNGUA MATERNA/LÍNGUA PORTUGUESA**

A Alfabetização e o Letramento são dois conceitos essenciais para o processo de aprendizagem, aquisição da linguagem e compreensão de mundo. No Brasil esses conceitos têm tido uma presença cada vez maior em estudos relacionados a área, buscando sempre como proporcionar uma formação melhor aos estudantes.

Observamos que existem diferentes compreensões acerca dos termos Alfabetização e Letramento, tanto em nossa Língua Materna, quanto em Matemática e além de pesquisadores terem pensamentos diferentes, também entre países, pois os dois termos as vezes são vistos como separados, porém relacionados e dependentes um do outro, e em outras pesquisas são vistos como uma unicidade que envolve os conceitos. O termo Letramento em Matemática é usado ainda como Numeramento, Numeracia e ainda “Letramento Matemático”, sendo assim, autores e pesquisadores procuram compreender esses processos e ainda defendem um ou outro nome.

Para além dos termos, significados e conceitos, podemos observar que a cultura do nosso país, pelo menos, tende a priorizar inicialmente na escola a aquisição da leitura e da escrita, como se ficasse a um segundo plano a Matemática, tanto o Alfabetizar como o Letrar em Matemática. No entanto, sabemos que as duas linguagens, a Língua Materna e a Matemática são fundamentais e de certa forma, inseparáveis, pois no contexto do dia a dia, na vida cotidiana, elas são também indispensáveis na interpretação da realidade e na sobrevivência social. Para Machado (1990, p. 15) “É como se as duas disciplinas, apesar da longa convivência sob o mesmo teto – a escola -, permanecessem estranhas uma à outra, cada uma tentando realizar sua tarefa isoladamente ou restringindo ao mínimo as possibilidades de interações intencionais”.

A Alfabetização e o Letramento/Numeramento são processos fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e acadêmico dos indivíduos. Por meio deles, é possível adquirir habilidades essenciais para lidar com a Matemática em diferentes contextos da vida cotidiana e profissional, além de durante os processos, desenvolver pensamento crítico e capacidade de resolver problemas. No entanto, para além de compreender os conceitos e seus objetivos, é necessário observar se na prática são utilizados em favor dos estudantes.

Sendo assim, nessa seção desse trabalho iremos explorar os conceitos dos Termos Alfabetização e Letramento/Numeramento, e sabemos que a alfabetização e o letramento/numeramento são dois conceitos fundamentais na educação brasileira, cada um

abordando diferentes aspectos do desenvolvimento da linguagem escrita e da compreensão matemática, são conceitos interrelacionados, e, portanto, os estudaremos nessa perspectiva durante este trabalho.

Assim como a Alfabetização, o Letramento teve suas raízes no período colonial no Brasil, os jesuítas foram os responsáveis por além de ensinar as práticas de leitura e escrita, ensinar também sobre como usar o conhecimento e suas habilidades sobre ele, em sociedade, sobre como usar os conhecimentos na vida cotidiana, mesmo que forma arcaica, considerando o mundo atual. Entretanto a palavra Letramento ainda não era usada, atualmente além de ser usada, é vista como sendo um conceito mais amplo que abrange não apenas a habilidade de ler e escrever, mas também como capacidade de utilizar de forma crítica as informações presentes no mundo letrado.

Nesse sentido, nesta seção abordaremos os conceitos de Alfabetização e Letramento tanto em Língua Materna quanto em Matemática, mostrando ainda como em alguns lugares, e escrito por alguns pesquisadores, aparece também o termo Numeramento.

Entendemos que existem construções e concepções imbricadas nas duas áreas, e, portanto, apresentaremos os conceitos advindos tanto da Língua Materna que nosso caso é a Língua Portuguesa, quanto em Matemática, sabendo que a matemática prescinde da organização do pensamento em Língua Materna para assim ser também pensada e aprendida.

### **3.1 Alfabetização e Letramento: alguns conceitos da Língua Materna**

Alfabetização e posteriormente o Letramento, no Brasil são temas de grande importância e relevância na atualidade. A capacidade de ler, escrever e ainda compreender são essenciais para o desenvolvimento de qualquer indivíduo e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido é fundamental analisar a situação da alfabetização e do Letramento no Brasil, compreender os desafios enfrentados e buscar soluções para promover a inclusão social e o acesso pleno à educação.

Para iniciar esta parte, gostaríamos de refletir sobre uma fala de Paulo Freire:

Para mim seria impossível engajar-me num trabalho de memorização mecânica dos ba-be-bi-bo-bu, dos la-le-li-lo-lu. Daí que também não pudesse reduzir a alfabetização ao ensino puro da palavra, das sílabas ou das letras. Ensino em cujo processo o alfabetizador fosse “enchendo” com suas palavras as cabeças supostamente “vazias” dos alfabetizados. Pelo contrário, enquanto ato de conhecimento e ato criador, o processo de alfabetização tem, no alfabetizando, o seu sujeito. O fato de ele necessitar da ajuda do educador, como ocorre em qualquer relação pedagógica, não significa dever a ajuda do educador anular a sua criatividade e a sua responsabilidade na construção de sua linguagem escrita e na leitura desta linguagem (FREIRE, 1989, p.13).

Freire nos mostra que a alfabetização, entendendo nesse sentido como Educação também para a vida, não passa somente pela aquisição dos códigos e também pela decodificação dos mesmos, passa principalmente pela leitura de mundo, de como o estudante/criança/aluno será preparado, com a ajuda do professor para enfrentar seu mundo. Sendo assim, iniciemos nossa escrita sobre os assuntos abordados.

No contexto educacional brasileiro, "alfabetização" e "letramento" são dois conceitos distintos, mas complementares, que se referem ao desenvolvimento da linguagem escrita e à capacidade de compreender, interpretar e usar textos de maneira significativa. No Brasil, a discussão sobre alfabetização e letramento ganhou destaque em debates educacionais e políticas públicas. A compreensão de que a alfabetização é importante, mas não suficiente, levou a uma abordagem mais abrangente que visa desenvolver cidadãos capazes de usar a linguagem escrita de forma crítica e produtiva. Isso é especialmente relevante em um país com uma diversidade linguística significativa e desafios educacionais complexos.

Para Soares (2013) existe uma necessidade de se atribuir um significado demasiado abrangente à alfabetização, pensando sempre esse processo como sendo permanente, que se estende por toda a vida e que nunca se esgota na mera aprendizagem do ler e do escrever. A alfabetização envolve a aquisição das habilidades básicas de leitura e escrita, enquanto o letramento enfatiza a aplicação dessas habilidades em contextos variados para capacitar os indivíduos a se comunicarem e participarem plenamente da sociedade.

Para Soares (2013, p. 15):

É verdade que, de certa forma, a aprendizagem da língua materna, quer escrita, quer oral, é um processo permanente, nunca interrompido. Entretanto, é preciso diferenciar um processo de aquisição da língua (oral e escrita) de um processo de desenvolvimento da língua (oral e escrita); este último é que sem dúvida, nunca é interrompido.

Para a autora a aquisição da língua é diferente do desenvolvimento dela, pois compreender os códigos é uma coisa e usá-los de forma correta é outro processo. Para Soares (2013) existe uma diferença entre o termo alfabetizar enquanto aquisição da linguagem e também quanto aos termos sobre a aquisição da língua escrita e seu desenvolvimento, para a autora, alfabetizar não ultrapassa o significado de “levar à aquisição do alfabeto”. Enquanto isso, etimologicamente e pedagogicamente, alfabetizar se refere à aquisição dos códigos necessários à língua materna, enquanto letrar está relacionado ao desenvolvimento e uso dessa linguagem.

Alfabetização para Soares (2003) é:

Consciência fonológica e fonêmica, identificação das relações fonema-grafema, habilidades de codificação e decodificação da língua escrita, conhecimento e reconhecimento dos processos de tradução da forma sonora da fala para a forma gráfica da escrita (SOARES, 2003, p. 13).

Para a autora é o processo de aprendizagem das letras, sílabas e palavras, permitindo que os indivíduos decodifiquem e compreendam a linguagem escrita. No Brasil, a alfabetização está tradicionalmente relacionada à aquisição da leitura e da escrita. Envolve o desenvolvimento de habilidades de reconhecimento das letras, formação de sílabas, leitura de palavras e frases, além de escrever com clareza, portanto envolve o uso de toda a gramática nessa aprendizagem. Soares (2013) salienta que “Sem dúvida, a alfabetização é um processo de representação de fonemas em grafemas e vice-versa, mas é também um processo de compreensão/expressão de significados por meio do código escrito” (SOARES, 2013, p. 18).

Rojo (2004) afirma que:

Há já uma tradição estabelecida na reflexão sobre o ensino de Língua Portuguesa na escola, segundo a qual a unidade mais relevante de ensino é o texto, que não deve se dar como pretexto para outras atividades de ensino sobre a língua ou sobre a escrita (alfabetização, ortografização), mas que se constitui em objeto de estudo, por si mesmo (ROJO, 2004, p. 2).

A alfabetização em língua portuguesa se refere ao processo pelo qual os indivíduos aprendem a ler e escrever na língua portuguesa. É a aquisição das habilidades fundamentais de decodificação, compreensão e produção de textos escritos nesse idioma. Esse processo é crucial, pois permite que as pessoas se comuniquem de maneira eficaz, acessem informações e participem plenamente da sociedade. Para Soares (2004), a alfabetização é um desafio em que durante esse processo, o alfabetizando enfrenta o aprender e inventar como representar conceitos suas ideias e seus pensamentos, sendo assim um longo percurso e desafio para o ser humano.

No início da alfabetização, os alunos aprendem a reconhecer as letras do alfabeto e os sons associados a cada uma delas. Isso é fundamental para a formação de palavras e a compreensão da estrutura das sílabas. À medida que os alunos avançam, eles aprendem a combinar letras em sílabas e palavras. Isso inclui o desenvolvimento da consciência fonêmica, que é a capacidade de entender e manipular os sons da fala. Conforme a alfabetização progride, os alunos começam a ler palavras e, posteriormente, frases. Eles aprendem a decodificar as palavras, relacionando os símbolos escritos aos sons correspondentes.

Além da decodificação, os alunos também trabalham na compreensão do que estão lendo. Isso envolve a interpretação do significado das palavras, a identificação de ideias

principais e secundárias e a inferência de informações implícitas. Porém, nesse contexto Rojo (2004, p. 1) afirma que: “A escolarização, no caso da sociedade brasileira, não leva à formação de leitores e produtores de textos proficientes e eficazes e, às vezes, chega mesmo a impedi-la. Ler continua sendo coisa das elites, nesse novo milênio”. À medida que os alunos se tornam mais proficientes na escrita e compreensão dos códigos, eles também deveriam começar a desenvolver habilidades de leitura. Isso inclui a capacidade de formar frases e textos corretamente, bem como a produção de textos mais elaborados.

A alfabetização também envolve a expansão do vocabulário e a compreensão das regras gramaticais da língua portuguesa. Isso permite que os alunos expressem suas ideias de maneira mais precisa e articulada. À medida que os alunos avançam na alfabetização, eles são incentivados a desenvolver habilidades de leitura crítica, questionando textos, analisando argumentos e identificando pontos de vista de forma crítica e reflexiva, ou pelo menos é o que deveria acontecer.

O termo Letramento bem como seu conceito, que traz uma dimensão mais ampla do que o termo Alfabetização, refere-se não apenas a habilidade de ler e escrever, ele tem uma dimensão mais ampla, pois esse conceito pensa em uma capacidade maior do que apenas a habilidade de ler e escrever, ele requer a capacidade de se utilizar essa leitura e escrita de forma crítica e reflexiva, e sendo assim, a valorização do Letramento ampliou o campo de atuação dos professores, que por necessidade, observaram que habilidades como compreensão e produção textual são um caminho para a reflexão crítica sobre os discursos a cerca desses conceitos, presentes na sociedade.

Conforme diz Soares (2012, p. 39-40):

Alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita.

Soares (2000) observa que a palavra Letramento, desde sua chegada ao vocabulário brasileiro, em meados da década de 80, ele passou a ser discutido considerando-se sua origem advinda do termo inglês literacy, a autora considera que o termo letramento concorre ao alfabetismo, entretanto tal termo começou a ser amplamente estudado a partir de 1995 significando “o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever” (SOARES, 2000, p. 17). Aqui, podemos observar implicitamente a ideia de que a escrita está ligada a questões sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas e linguísticas.



Apesar de ser um termo e um processo educacional, muito discutido e utilizado por meio de vários métodos diferentes, a Alfabetização ainda precisa ser pesquisada e estudada para que possamos melhorar a educação inicial e efetivar práticas melhores nessa fase de ensino e aprendizagem. O termo Letramento e seus significados, também não fica atrás nesse processo de pesquisa e estudos, ambos são importantes e correlacionados.

Para Soares (2002, p. 2), Letramento é mais do que o ato de Alfabetizar, é:

O estado ou condição de indivíduos ou de grupos sociais de sociedades letradas que exercem efetivamente as práticas sociais de leitura e de escrita, participam competentemente de eventos de letramento. O que está concepção acrescenta (...) é o pressuposto que indivíduos ou grupos sociais que dominam o uso da leitura e da escrita e, portanto, têm as habilidades e atitudes necessárias para uma participação ativa e competente em situações em que práticas de leitura e/ou escrita têm uma função essencial, mantêm com os outros e com o mundo que os cerca formas de interação, atitudes, competências discursivas e cognitivas que lhes conferem um determinado e diferenciado estado ou condição de inserção em uma sociedade letrada (SOARES, 2002, p. 2).

O letramento vai além da alfabetização. Ele envolve a capacidade de usar a linguagem escrita de maneira eficaz em diversos contextos da vida cotidiana, acadêmica e profissional. O letramento inclui a habilidade de interpretar textos, analisar informações, tomar decisões informadas, comunicar-se de forma eficaz por escrito e compreender diferentes gêneros textuais. O conceito de Letramento surge então, ligado às práticas sociais, fato esse que distingue os conceitos de alfabetizar e letrar, pois a leitura e a escrita são envolvidas também pelo social.

Nesse sentido, no movimento de compreender a leitura e a escrita e ainda desmistificando o ato de ler e escrever como únicos, desprovidos de críticas e interpretações, Soares (2004) completa que nesse processo, a criança descobre os usos da língua e os experimenta, mas também precisa ver suas funções e valores sociais.

A compreensão da diferença entre alfabetização e letramento levou a uma mudança na abordagem educacional no Brasil e em muitos lugares. O letramento é valorizado como uma abordagem mais abrangente, uma vez que promove a capacidade dos indivíduos de se tornarem participantes ativos e críticos da sociedade, capazes de aplicar a linguagem escrita em diferentes situações e contextos.

Em conjunto, a alfabetização e o letramento formam a base para o desenvolvimento de cidadãos bem informados e capazes de se comunicar de maneira melhor, participando plenamente da vida em sociedade. Soares (1998) estuda sobre a diferença entre “alfabetizado e letrado”, e nesse sentido nos mostra que é possível estar alfabetizado sem, contudo, estar

letrado, como também encontramos indivíduos letrados sem sequer conhecer as letras e saber ler. Ou seja, existem pessoas que conseguem usar socialmente conhecimentos advindos da prática, mas que na realidade não conhecem a escrita e a leitura.

Soares (2003) nos mostra que a alfabetização e o letramento:

Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização (SOARES, 2003, p. 12).

Apesar de os dois processos serem independentes, como cidadãos precisamos dos dois. Vimos que há a necessidade dos dois processos, que o correto seria alfabetizar letrando e letrando alfabetizando. Conforme Soares (2009, p. 9):

[...] o essencial é que as crianças estejam imersas em um contexto letrado – o que é uma outra designação para o que também se costuma chamar de ambiente alfabetizador – e que nesse contexto sejam aproveitadas, de maneira planejada e sistemática, todas as oportunidades para dar continuidade aos processos de alfabetização e letramento que elas já vinham vivenciando antes de chegar à instituição de educação infantil.

A autora salienta que o processo de alfabetização antecede a sua chegada na escola, a criança inicia esse processo em casa, com a família. A escola precisa aproveitar o conhecimento vindo de casa e dar continuidade a esse processo, planejando-o de forma sistemática de acordo com as características necessárias ao processo de ensino e de aprendizagem.

Para ROJO (2009, p. 109) “Um dos principais objetivos da escola é justamente possibilitar que seus alunos possam participar das várias práticas sociais que se utilizam da leitura e da escrita (letramentos) na vida da sociedade, de maneira ética, crítica e democrática”. A escola desempenha um papel crucial no ensino não apenas de conhecimentos acadêmicos, mas também das práticas sociais e habilidades necessárias para os alunos se tornarem cidadãos bem informados e participantes ativos da sociedade. Ensinar as práticas sociais é fundamental para preparar os alunos para enfrentar os desafios do mundo real e contribuir de maneira significativa para suas comunidades.

Rojo (2009) fala também sobre Letramentos Múltiplos, que compreendem as práticas de leitura e escrita bem como também os agentes do processo escolar. Ou seja, uma abordagem educacional que reconhece a diversidade de formas de comunicação presentes na sociedade contemporânea, indo além do simples ensino da leitura e escrita tradicionais. No contexto brasileiro, essa abordagem tem ganhado destaque nas discussões pedagógicas e na educação,

refletindo a necessidade de preparar os alunos para serem competentes em diversas formas de linguagem, mídia e comunicação.

Podemos observar a multiplicidade envolvendo o termo multiletramento, a diversidade e multiplicidade cultural e ainda a multiplicidade semiótica na construção e compreensão de textos envolvendo a diversidade de linguagens (ROJO, 2012), mas esse assunto precisa de mais espaço para ser explorado, não podendo ser aqui neste texto, que abarca um recorte envolvendo os conceitos, para tanto Multiletramentos por sua importância pode ser abordado em trabalhos futuros.

Porém, visando uma compreensão de forma simplificada, abordamos a fala de Rojo (2013):

A adição do prefixo 'multi' ao termo letramento não é uma questão restrita à multiplicidade de práticas de leitura e escrita que marcam a contemporaneidade: as práticas de letramento contemporâneas envolvem, por um lado, a multiplicidade de linguagens, semioses e mídias envolvidas na criação de significação para os textos multimodais contemporâneos e, por outro, a pluralidade e diversidade cultural trazida pelos autores/leitores contemporâneos a essa criação e significação (ROJO, 2013, p.14).

O multiletramento é particularmente relevante em uma sociedade onde a informação é amplamente disseminada por meio de diferentes mídias e tecnologias. Ao enfatizar a compreensão, a avaliação crítica e a produção de conteúdo em várias formas de comunicação, essa abordagem visa preparar os alunos para uma participação ativa e informada em um mundo cada vez mais interconectado e complexo.

A discussão sobre a relevância do termo "letramento" no Brasil é uma questão complexa e envolve vários aspectos. Embora o termo "letramento" seja amplamente utilizado no campo educacional e acadêmico para se referir à capacidade de usar a leitura e a escrita de maneira significativa em diversos contextos, algumas pessoas podem questionar sua necessidade ou uso.

Enquanto a "alfabetização" tradicionalmente se refere à aquisição das habilidades básicas de leitura e escrita, o "letramento" engloba o desenvolvimento e o uso dessas habilidades em diferentes situações e contextos. Isso inclui a compreensão de textos, a interpretação de informações e a habilidade de se comunicar por escrito. Portanto, o termo "letramento" enfatiza uma compreensão mais ampla e aplicada das habilidades de linguagem escrita.

Rojo (2010), afirma que:

Portanto o que temos no Brasil é um problema com os letramentos do alunado e não com sua alfabetização. E nenhum método de alfabetização – fônico ou global – pode dar jeito nisso, mas, sim, eventos escolares de letramento que provoquem a inserção do alunado em práticas letradas contemporâneas e, com isso, desenvolvam as competências/ capacidades de leitura e de escrita requeridas na atualidade (ROJO, 2010, p. 22-3).

Viver em uma sociedade complexa e interconectada exige não apenas a capacidade de ler e escrever, mas também de compreender e usar informações de maneira eficaz. O termo "letramento" destaca a importância de ir além da simples decodificação das palavras. O letramento é essencial para a participação ativa na sociedade, incluindo a compreensão de informações em diferentes mídias, a tomada de decisões informadas e a compreensão de questões sociais e políticas. Em um mundo onde a informação é amplamente disseminada, o letramento é crucial para o pensamento crítico e a cidadania responsável.

Soares (2004) observa que os termos Alfabetização e Letramento não são compreendidos da mesma forma, em diferentes países são vistos e estudados também de outras maneiras. A Mídia inventou também o “Analfabetismo Funcional”, e Soares aponta a leitura equivocada desde termos, pois existe aí uma aproximação com Letramento e não como Analfabetismo, enquanto negação do que é na verdade Alfabetizado. Em outros países, estes termos muitas vezes são correlatos, mas no Brasil eles não são, até poderiam porém não são.

O termo "letramento" tornou-se um conceito importante nas discussões pedagógicas e na política educacional brasileira, refletindo a compreensão de que as habilidades de linguagem escrita não se limitam ao ato de ler e escrever, mas também incluem a compreensão e a aplicação dessas habilidades em diversos contextos. No entanto, é importante reconhecer que o uso do termo "letramento" pode variar em diferentes contextos educacionais e discussões. Algumas pessoas podem preferir se referir apenas à "alfabetização" como um termo mais simples, enquanto outras podem valorizar o uso do termo "letramento" para enfatizar a importância das habilidades de linguagem em contextos variados.

Em última análise, a escolha entre usar ou não o termo "letramento" no Brasil depende de como se deseja enfatizar a aplicação das habilidades de linguagem escrita e da compreensão das práticas sociais em que essas habilidades são utilizadas.

Para Soares (2003, p. 30) de que, “[...] no campo restrito da aprendizagem inicial da língua escrita, a palavra letramento se tornaria desnecessária se fosse possível impor um sentido ampliado à palavra alfabetização”. Apesar de muitos estudos, ao que parece, a ampliação desse conceito ainda está longe de poder ser feita.

Gostaríamos de iniciar esse diálogo com as palavras de Paulo Freire:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica, implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (FREIRE, 1989, p.9).

Sendo assim, um breve relato entre a distinção da leitura em si e da leitura de mundo, enquanto letramento se faz necessária, pois a cidadania, a compreensão de seres enquanto cidadãos letrados não passam somente pela codificação e decodificação da linguagem, mas sim pela compreensão da mesma e seu uso social.

Mortatti (2019) escreveu sobre o assunto um livro intitulado: *Alfabetização no Brasil: uma história concisa*, nesse livro a autora relata sobre história e modernidade do conceito bem como sobre os métodos criados e/ou inventados sobre o que seja e o como alfabetizar. A autora defende que a Alfabetização não se trata apenas de técnicas bem conhecidas e conceitos bem redigidos, mas sim um processo também determinado pelas condições históricas de forma bastante complexa se pensarmos em outros assuntos educacionais como parâmetros para comparação.

Nesse mesmo sentido, temos o livro “*Alfabetização: a questão dos métodos*” de Magda Soares (2021), em que a autora disserta sobre a questão histórica, os métodos e o porquê dos mesmos, e ainda adentra nas questões sobre linguística a escrita alfabética e consciências fonológicas e metalinguísticas. A autora fala sobre a ambiguidade em torno da palavra método e ainda com o acréscimo de Alfabetização, mostrando como é inadequada essas formas de expressão, pensamentos em matérias didáticos que trabalham com a alfabetização. Nesse texto, Soares (2021), esclarece que “...se entende por *método de alfabetização* um conjunto de procedimentos que, fundamentados em teorias e princípios, orientem a *aprendizagem inicial da leitura e da escrita*, que é o que comumente se denomina *alfabetização*” (p. 16).

A autora segue seu texto explicando que esses estudos são históricos e não atualidades, eles são permeados pelos problemas sociais e políticos, pois desde o final do século XIX, suas últimas décadas os sistemas públicos começam a se preocupar com a consolidação de um ensino que propiciasse o domínio da escrita e da leitura. Sendo assim, a palavra *questão* vem mostrando as dificuldades, os problemas e as controvérsias que adentram no século XX persistindo ainda nos dias atuais, ou seja, no século XXI.

Soares (2004), afirma que curiosamente, em sociedades distanciadas, tanto de forma geográfica quanto socioeconomicamente e ainda culturalmente, também se tenha iniciado os estudos sobre Letramento, pois ocorreu “a necessidade de reconhecer e nomear práticas sociais de leitura e de escrita mais avançadas e complexas que as práticas do ler e escrever resultantes

da aprendizagem do sistema da escrita” (SOARES, 2003, p. 6). Sendo assim, em meados da década de 80 se dá o início de estudos envolvendo a temática que inventa o *Letramento* no Brasil, do *illettrisme* na França e ainda como *Literacia* em Portugal, temos esses que procuram nomear fenômenos advindos do termo *alphabétisation*, ou Alfabetização para nós.

Soares (2004, p. 6), completa que:

Nos Estados Unidos e na Inglaterra, embora a palavra literacy já estivesse dicionarizada desde o final do século XIX, foi também nos anos de 1980 que o fenômeno que ela nomeia, distinto daquele que em língua inglesa se conhece como *reading instruction, beginning literacy* tornou-se foco de atenção e discussão nas áreas de educação e da linguagem, o que evidencia no grande número de artigos e livros voltados para o tema, publicados, a partir desse momento, nesses países, e se operacionalizou nos vários programas, neles desenvolvidos, de avaliação do nível de competência de leitura e de escrita da população.

Entretanto para a autora, se existe coincidência no momento histórico de aparição desses termos e estudos em lugares distintos, os estudos são essencialmente diferentes pois para ela, a diferença fundamental, esta enfaticamente no grau estabelecido e posto pelas “relações entre as práticas sociais de leitura e de escrita e a aprendizagem do sistema de escrita, ou seja, entre o conceito de letramento (*illettrisme, literacy*) e o conceito de alfabetização (*alphabétisation, Reading, instruction, beginning literacy*)” (SOARES, 2004, p. 7).

Em meio a tantos estudos e opiniões Soares (2004) nos apresenta primeiramente a dos países de primeiro mundo, tais como Estados Unidos e França em que estudos mostram que, para eles, o problema não estava em não saber ler e escrever, mas sim em não ter competências e domínio do uso tanto da leitura quanto da escrita. Isso, a autora afirma que mostra como os termos são tratados de forma independente, pois ao estudá-los assim, apresentam uma relação de não-causalidade entre eles, ou seja, ocorre o domínio precário da leitura e da escrita e isso impede a participação social da compreensão em sua totalidade do que realmente está escrito e daquilo que se deve compreender do lido, do visto.

Soares (2021) existe um “movimento de alternância metodológica” quanto aos métodos, ora se inova, ora volta no antigo, um dia tradicional, outro dia novo e inovador e nesse movimento, ao final do século XIX, suas últimas décadas, começa a se considerar sim a “questão”. Antes disso, acreditava-se que sabendo o alfabeto, suas letras e combinações, sílabas que pudessem facilitar a escrita de frases e palavras, por meio da soletração e considerando ainda a escrita da grafia ignorando fonemas e grafemas que subsidiam a compreensão da oralidade e da escrita, existia assim um método de Alfabetização, repetindo sempre como se as letras fossem os sons da língua e não que na verdade, elas representam os sons da língua.

Mortatti (2011), nos mostra que os estudos envolvendo a história da educação do país e consequentemente sobre a Alfabetização, começam a serem mais consolidados a partir das últimas décadas do século XX, em virtude do crescimento de programas de pós-graduação em Educação, e assim, a autora relata que, como já acontecia nos estudos de Soares (1985, 1989) começam a diversificação e os enfoques relativos aos processos de ensino e também da aprendizagem da leitura e da escrita.

### **3.2 A Alfabetização e o Letramento Matemático: conceitos e possibilidades**

Pensar em alfabetização Matemática ainda nos parece estranho, visto que ao longo de muitos anos ouvimos sobre alfabetizar pensando nas palavras, no contexto da língua Portuguesa, de maneira geral, o termo Alfabetizar é ou foi usado para denominar os processos de aquisição da escrita e da leitura na língua materna. Isso, porque ainda é muito evidente e presente o fato de que é preciso ler e escrever para só depois pensar no trabalho com a matemática, o que nos parece um grande erro, pois uma coisa não impede a outra, nem somos a favor de um estudo linear e cronológico.

É preciso que superemos o ensino tradicional, não o desprezando, mas sim observando e aprendendo de outra maneira como podemos despertar a consciência da necessidade de superação de um ensino baseado apenas na memorização de formas mnemônicas. A preocupação com as sílabas e suas famílias para formar palavras permeou e permeia nossa sociedade escolar há muito tempo de forma bem tradicional, preocupar-se com sílabas assim como preocupar-se apenas em decorar uma tabuada, depois palavras nessa sequência parece o correto ainda hoje, porém, essa é uma realidade que podemos e devemos mudar.

Em matemática, a preocupação tradicional, consiste na tabuada, nas quatro operações de forma mecânica e também em decorar os processos sem que eles sejam compreendidos. Sabemos que a matemática é apresentada como uma ciência simbólica, abstrata carregada de símbolos que expressem suas ideais, as informações matemáticas são expressas de forma que ao lermos nem sempre basta conhecer sua linguagem, como também precisamos estar atentos aos seus significados em determinados contextos. Ao ser capaz de ler e compreender e ainda interpretar os signos e os símbolos expressados na linguagem matemática “[...] e sua consciência atenta voltar-se para o desvelamento dos significados que estão implícitos [...]” (DANYLUK, 2002, p. 52), poderemos então afirmar que ela foi alfabetizada em Matemática, ou seja, sabe ler, interpretar e ainda expressar-se com uma linguagem própria a esse contexto.

No contexto educacional brasileiro, a abordagem do Letramento e Numeramento reconhece que a mera habilidade de decodificar palavras ou executar cálculos não é suficiente para que os indivíduos se tornem participantes ativos e críticos da sociedade. O Letramento e o Numeramento promovem a capacidade de pensar criticamente, resolver problemas, compreender textos complexos, interpretar informações e tomar decisões informadas. Isso é especialmente importante em um mundo onde a comunicação escrita e a compreensão numérica são essenciais em muitos aspectos da vida.

A Alfabetização, o Letramento e o Numeramento são conceitos inter-relacionados na educação brasileira. Enquanto a alfabetização concentra-se na aquisição das habilidades básicas de leitura e escrita, o Letramento e o Numeramento enfatizam a desenvolvimento dessas habilidades em contextos do mundo real, capacitando os indivíduos a se tornarem participantes ativos e informados na sociedade.

A alfabetização matemática e o letramento/numeramento matemático são conceitos similares aos de alfabetização e letramento/numeramento na linguagem escrita, mas desenvolvidos ao contexto da matemática. Eles se referem à aquisição e o uso das habilidades numéricas e matemáticas de maneira significativa e contextualizada.

A Alfabetização Matemática, pelos nossos estudos, consiste em um processo pelo qual os alunos aprendem os fundamentos da matemática, incluindo números, operações básicas, formas geométricas, medidas, padrões, resolução de problemas e raciocínio matemático. Assim como a alfabetização na linguagem escrita envolve a aquisição das letras e da decodificação das palavras, a alfabetização matemática envolve a compreensão dos símbolos numéricos, o reconhecimento de padrões e a habilidade de realizar operações básicas.

O Letramento/Numeramento Matemático, visa um estágio avançado da alfabetização matemática. Ele envolve a capacidade de compreender, interpretar e aplicar conceitos matemáticos em diferentes contextos da vida cotidiana, acadêmica e profissional. Assim como o letramento na linguagem escrita se refere à habilidade de ler, interpretar e comunicar-se de maneira eficiente por meio da escrita, o letramento/numeramento matemático se refere à capacidade de usar a matemática de forma crítica e produtiva.

Mas porque o uso de dois termos? Tem diferença entre Letramento Matemático e Numeramento? Para Fonseca (2007) O Numeramento é na verdade uma dimensão do Letramento Matemático, pois o Letramento Matemático nesse foco não é visto como um conceito paralelo ao letramento em si mesmo, mas sim como sendo uma ampliação desse conceito advindo da Língua Materna. Nesse sentido, Fonseca (2007) observa que Numeramento incluiria uma dimensão que insere tanto as práticas sociais quanto as condições do sujeito para



se organizar mediante as condições dadas pela linguagem escrita. Dessa forma, optamos por usar Letramento/Numeramento neste trabalho.

Em conjunto, a alfabetização matemática foca nas habilidades básicas de matemática, enquanto o Letramento/Numeramento matemático vai além e inclui a compreensão de conceitos matemáticos mais avançados, resolução de problemas do mundo real, interpretação de dados estatísticos, análise de informações quantitativas e a aplicação da matemática em diversas situações. Nesse contexto iremos explorar os conceitos dados a esses termos.

É importante notar que ambos os conceitos, seja na linguagem escrita ou na matemática, não se tratam apenas de habilidades técnicas, mas também de capacidades cognitivas e críticas. A alfabetização matemática e o letramento/numeramento matemático visam capacitar os indivíduos a compreender, analisar e usar a matemática de maneira reflexiva, tornando-se cidadãos mais informados e aptos a enfrentar desafios que envolvam o pensamento quantitativo em suas vidas pessoais e profissionais. Nesse contexto, iremos explorar os conceitos dados por alguns autores.

Danyluk (2002), enuncia o conceito de Alfabetização Matemática, considerando-a “como fenômeno que trata da compreensão, da interpretação e da comunicação dos conteúdos matemáticos ensinados na escola, tidos iniciais para a construção do conhecimento matemático” (2015, p. 26) e acrescenta, “é compreender o que se lê e escrever o que se compreende a respeito das primeiras noções de lógica, de aritmética e de geometria” (2002, p.20). A autora, suprime os termos numeramento e letramento matemático neste texto, falando apenas da Alfabetização Matemática, a depender de quem faça a análise pensará que tal termo abarca a totalidade também incluindo o Letramento.

Como afirma Danyluk (2002, p. 58), “Ser alfabetizado em matemática, então, é entender o que se lê e escrever o que se entende a respeito das primeiras noções de aritmética, geometria e lógica”. Assim sendo, onde mais o fenômeno de alfabetização matemática deveria ocorrer senão nos anos iniciais da escolarização? E considerando ainda não só os anos estipulados pelos documentos oficiais, mas sim provavelmente todo o ensino fundamental para que se possa realmente alfabetizar em matemática.

A escrita correta dos códigos matemáticos é um aspecto importante do processo de alfabetização matemática. Assim como a linguagem escrita, a notação matemática possui sua própria linguagem e símbolos que permitem a comunicação precisa e concisa de ideias matemáticas. Dominar a escrita dos códigos matemáticos é essencial para expressar conceitos matemáticos de forma clara e compreensível. Assim como as letras do alfabeto, os símbolos matemáticos têm significados específicos, os estudantes precisam entender o que cada símbolo

representa e como ele é usado em contextos matemáticos. Isso envolve aprender a diferença entre os símbolos de adição, subtração, multiplicação e divisão, por exemplo.

À medida que os alunos avançam, eles aprendem a construir expressões matemáticas e equações utilizando os símbolos apropriados. Isso envolve entender a ordem das operações e a importância de parênteses em expressões complexas. A escrita matemática eficaz requer clareza e organização. Os estudantes precisam aprender a formatar suas expressões e equações de maneira ordenada para que possam ser facilmente compreendidas.

A escrita matemática é fundamental para resolver problemas matemáticos. Os estudantes devem ser capazes de traduzir situações do mundo real em expressões matemáticas, resolver essas expressões e, em seguida, interpretar as soluções. Assim como a escrita na linguagem, a escrita matemática é uma forma de comunicação. Os estudantes devem ser capazes de explicar seus raciocínios e soluções por meio de símbolos matemáticos. O processo de alfabetização matemática deve ser gradual, começando com conceitos simples e símbolos básicos e, em seguida, avançando para conceitos mais complexos e notações mais elaboradas.

Aprender, compreender e dominar a escrita correta dos códigos matemáticos é uma habilidade essencial para a compreensão e o desenvolvimento da matemática em diferentes situações. Ela permite que os alunos comuniquem suas ideias matemáticas de maneira clara e precisa, facilitando a colaboração e a resolução de problemas matemáticos.

Já Machado (2003), parte do termo Alfabetização e Letramento da Língua Materna, chegando ao conceito de letramento matemático. Para o autor, Letramento Matemático é visto como:

Expressão da categoria que estamos a interpretar, como: um processo do sujeito que chega ao estudo da Matemática, visando aos conhecimentos e habilidades acerca dos sistemas notacionais da sua língua natural e da Matemática, aos conhecimentos conceituais e das operações, a adaptar-se ao raciocínio lógico-abstrativo e dedutivo, com o auxílio e por meio das práticas notacionais, como de perceber a matemática na escrita convencionalizada com notabilidade para ser estudada, compreendida e construída com a aptidão desenvolvida para a sua leitura e para a sua escrita. (Machado, 2003, p.135).

O desenvolvimento da aptidão para a leitura e escrita matemática nos anos iniciais da educação é fundamental para construir uma base sólida de compreensão numérica e habilidades matemáticas. Assim como a leitura e escrita na linguagem, a leitura e escrita matemática envolvem a capacidade de interpretar, comunicar e resolver problemas matemáticos de maneira satisfatória.

O termo "letramento" tornou-se um conceito importante nas discussões pedagógicas e na política educacional brasileira, refletindo a compreensão de que as habilidades de linguagem escrita não se limitam ao ato de ler e escrever, mas também incluem a compreensão e o uso dessas habilidades em diversos contextos. Em matemática, os termos Letramento Matemático e/ou Numeramento também passam por esse contexto. Enquanto a "alfabetização" tradicionalmente se refere à aquisição das habilidades básicas de leitura e escrita, o "letramento" engloba a aplicação dessas habilidades em diferentes situações e contextos. A Palavra Letramento nos remete a um termos usados na Língua Portuguesa e talvez Letramento Matemático não tenha o mesmo impacto do uso da Palavra "Numeramento", pois ela enfatiza um contexto matemático, que procura desenvolver habilidades de linguagem matemática e sua compreensão.

No contexto educacional brasileiro, a abordagem do Letramento e Numeramento reconhece que a mera habilidade de decodificar palavras ou executar cálculos não é suficiente para que os indivíduos se tornem participantes ativos e críticos da sociedade. O Letramento e o Numeramento promovem a capacidade de pensar criticamente, resolver problemas, compreender textos complexos, interpretar informações e tomar decisões informadas. Isso é especialmente importante em um mundo onde a comunicação escrita e a compreensão numérica são essenciais em muitos aspectos da vida.

Para Fonseca (2004) o termo Numeramento:

A capacidade de mobilização de conhecimentos associados à quantificação, à ordenação, à orientação e a suas relações, operações e representações na realização de tarefas ou na resolução de situações problemas, tendo sempre como referências tarefas e situações com as quais a maior parte da população brasileira se depara cotidianamente (FONSECA, 2004, p.13).

Fonseca (2004) discute o Numeramento na perspectiva de se compreender sim os processos da Alfabetização Matemática, porém que eles consigam contribuir com as situações cotidianas. E assim, podemos observar que o termo Numeramento faz uma analogia ao termo Letramento, sendo letramento uma tradução de Literacy enquanto o Numeramento de Numeracy (FONSECA, 2007). Fonseca (2007) aprofunda esse estudo de interrelações entre Letramento e Numeramento para além de suas raízes por compreender que existe também a proximidade dos conceitos ou ainda um certo "[...] paralelismo entre esses dois conceitos [...]" (FONSECA, 2007, p. 6). A autora explica a origem e significado dos termos com base no que também ocorre na Língua Portuguesa amplamente estudado por Soares (2001), nesse sentido, a respeito de literacy/letramento, quando considera que, se o sufixo "-cy" (ou -cia em

literacia/numeracia) “[...] denota qualidade, condição, estado, fato de ser [...]” (ibid., p. 17), o sufixo “-mento” (de Letramento/Numeramento) “[...] denota o resultado de uma ação [...]” (ibid., p. 18).

Para Fonseca (2007), o conceito de Numeramento é uma “[...] tradução do termo em inglês Numeracy, que, a exemplo do que aconteceu com o termo Letramento (tradução de Literacy), adotamos no Brasil, ao invés de Numeracia, num caso e Literacia, no outro, como o fazem os trabalhos produzidos em Portugal” (ibid., p. 5). Para a autora, esses termos se refere à condição e/ou estado em consequência da apropriação do conhecimento matemático.

Observamos uma preocupação social associada ao conceito de Numeramento, já que mostram “[...] às preocupações com o caráter sociocultural do conhecimento matemático” (FONSECA, 2007, p. 1). Nesse sentido, o ensino de uma Matemática formal, aquela caracterizada pela Alfabetização não contempla essa amplitude social em que existem os “esforços para compreender e fomentar os modos culturais de se ‘matematicar’ (Letramento Matemático ou Numeramento) em diversos campos da vida social (até mesmo na escola)” (FONSECA, 2014, p. 1). Para Fonseca (2007), ao se ter esse cuidado social e até mesmo cultural, vemos que “Não se trataria, portanto, de um fenômeno de letramento matemático, paralelo ao do letramento, mas de numeramento como uma das dimensões do letramento” (FONSECA, 2007, p. 6-7, grifos no original).

A alfabetização matemática é um processo contínuo que começa nos primeiros anos de educação e se desenvolve ao longo de toda a vida escolar. Apesar de serem atribuídos vários conceitos e ideias, ela não se trata apenas de memorizar fórmulas e procedimentos, mas de compreender os conceitos subjacentes e o saber usar a matemática de maneira significativa em diversos contextos, principalmente ao juntarmos a esse estudo o Letramento Matemático também chamado de Numeramento. O objetivo desses processos, é capacitar os alunos a se tornarem cidadãos críticos e competentes em uma sociedade que exige habilidades matemáticas em muitos aspectos da vida.

A Alfabetização matemática, pensando na ótica do Letramento, para Fonseca (2014, p.31) pode ser compreendida como “o conjunto das contribuições da Educação Matemática no Ciclo de Alfabetização para a promoção da apropriação pelos aprendizes de práticas sociais de leitura e escrita de diversos tipos de textos, práticas de leitura e escrita do mundo”. A autora usa a expressão “Alfabetização Matemática” enquanto termo que signifique toda completude e dimensão matemática da alfabetização na perspectiva do letramento.

Em nossa compreensão a conceituação da alfabetização matemática se refere à aquisição das habilidades básicas da matemática como operações aritméticas, cálculos e resolução de

problemas simples. Já o letramento matemático envolve a compreensão e a capacidade de desenvolver o conhecimento matemático em diferentes contextos, de forma crítica e reflexiva. Ambos os processos são importantes, mas devemos refletir sobre os objetivos estabelecidos para garantir que estejam alinhados com as necessidades do mundo contemporâneo.

Assim como na Língua Portuguesa os termos são traduzidos e usados de diversas maneiras, na Matemática também acontece, o termo Numeramento, foi traduzido para a Língua Portuguesa como “Alfabetização Matemática”, já que esse conceito deveria abranger tudo, porém os autores escrevem segundo suas concepções. Danyluck (2015, p 26) coloca que “Ser alfabetizado em matemática, então é compreender o que se lê e escreve o que se compreende a respeito das primeiras noções de lógica, de aritmética e geometria”, porém existem autores que discordam, assim como na língua portuguesa.

Michel Fayol, professor publica sobre a aquisição das competências matemáticas, livro com tradução para a Língua Portuguesa feita por Marcos Bagno, e esse livro vem com o nome de Numeramento, apesar se observarmos que as concepções dessa palavra e conceito podem não ser os mesmos na França e no Brasil. O livro apresenta discussões por meio de várias experiências que foram realizadas, por pesquisadores com o intuito de descobrir como a criança constrói o conceito do número. Fayol no livro utiliza os estudos de Piaget para demonstrar seu trabalho usando os estágios propostos por ele. Fayol fala sobre a manipulação dos códigos, dos símbolos matemáticos usados nos estudos de número, quando diz: “Sua aprendizagem é de maneira implícita pela prática de atividades e pelo apoio na observação dos comportamentos alheios” (FAYOL, 2012, p. 21-2), o autor fala de códigos analógicos (dedos e ábacos) e simbólicos (verbais e indo-arábicos).

Fayol (2012, p. 22) defende:

A eficiência dos códigos depende, da coordenação que eles permitem entre as representações externas perceptíveis por nossos sentidos e manipuláveis e as representações e procedimentos internos geridos na memória, seja a de longo prazo ou a de trabalho. Quanto mais informações tiverem de ser recuperadas e processadas na memória, mais difícil será a tarefa. Reciprocamente, quanto mais disponível for o código externo, mais fácil será o manuseio.

Fayol fala de estudos sobre a formação do cérebro mediante o impacto de restrições genéticas, descreve do empirismo ao construtivismo, observando o número como invariante fundada na lógica e discorre sobre o como representar, manipular e quantificar pensando no movimento de aquisição do conceito de número e ainda neste mesmo estudo, o autor escreve sobre a gênese das operações bem como as dificuldades e distúrbios para a aprendizagem, tais como discalculia, comorbidades e outros distúrbios relacionados ao sentido de número.

Fayol (2012) ao escrever sobre as competências das crianças, defende que:

Esta instabilidade pode ser explicada levando-se em consideração que as crianças ou não dispõem da competência conceitual necessária à compreensão do número, ou cometem erros de desempenho devidos a déficits que desfavorecem a memorização dos nomes dos números e da indicação visual a enumerar (FAYOL, 2012, p. 56).

Ao pensarmos em Fayol e contrapor os estudos dele com os estudos brasileiros, observamos que o termo Numeramento, na concepção brasileira, provavelmente não se encaixa nesse estudo, ou pelo menos não ao pensarmos na concepção social e cultural como estamos estudando e vendo nos diálogos com outros autores. Ao que nos parece, o autor fala sim de estudos genéticos e/ou do ramo da psicologia que contribuem com o processo de Alfabetização, considerando os processos e a compreensão de símbolos e códigos. Ou seja, para Fayol ou para Bagno que traduziu o livro a concepção de Numeramento não se parece com a mesma usada no Brasil.

O Letramento/Numeramento, aos modos brasileiro, é essencial para a participação ativa na sociedade, incluindo a compreensão de informações em diferentes mídias, a tomada de decisões informadas e a compreensão de questões sociais e políticas. Em um mundo onde a informação é amplamente disseminada, o letramento é crucial para o pensamento crítico e a cidadania responsável. Para além disso, o termo "Numeramento", não é muito conhecido fora do Brasil e se refere à habilidade de compreender e usar números de maneira eficaz em diversas situações da vida cotidiana. Tal termo envolve não apenas a capacidade de realizar cálculos matemáticos, mas também de interpretar informações numéricas, tomar decisões informadas e resolver problemas do dia a dia que envolvem quantidades e medidas.

O termo, da forma como é usado no Brasil, envolve um conceito mais amplo do que apenas a capacidade de fazer operações matemáticas básicas. Envolve a compreensão dos conceitos numéricos, a capacidade de interpretar dados estatísticos, a habilidade de fazer estimativas, a compreensão de proporções e percentagens, entre outras competências relacionadas aos números. Ela é crucial para a participação efetiva na sociedade moderna, onde as habilidades numéricas são essenciais em muitos aspectos da vida, desde a administração financeira até a compreensão de informações científicas e tecnológicas.

No contexto educacional, a promoção da Numeramento visa desenvolver habilidades numéricas sólidas nos alunos, permitindo que eles se tornem cidadãos informados e capazes de lidar com os desafios numéricos que encontram em suas vidas diárias.

#### 4 PONTOS E CONTRAPONOTOS

A Alfabetização e o Letramento em língua Materna/Portuguesa e em Matemática são dois pilares fundamentais da educação básica, e ambos desempenham um papel crucial no desenvolvimento educacional dos alunos. No entanto, há pontos e contrapontos a serem considerados em relação a essas duas áreas.

Podemos observar que a alfabetização em língua materna é prioridade nas escolas, mesmo que os professores não desejem esse fato, pois a escrita e a leitura parecem mais importante do que a aprendizagem em matemática e assim a alfabetização nessa área é relegada a segundo plano. De acordo com Machado (1990, p. 15): “[...] a Matemática faz parte dos currículos desde os primeiros anos da escolaridade, ao lado da Língua Materna. Há um razoável consenso com relação ao fato de que ninguém pode prescindir completamente de Matemática e, sem ela, é como se a alfabetização não se tivesse completado”, porém na prática, muitas vezes, apenas após o domínio da linguagem e a da escrita é que prioriza os estudos matemáticos.

Machado (1990, p. 15) observa que:

É como se as duas disciplinas apesar da longa convivência sob o mesmo teto- a escola – permanecessem estranhas uma a outra, cada uma tentando realizar sua tarefa isoladamente ou restringindo ao mínimo as possibilidades de interações intencionais.

Apesar de Língua Materna/Portuguesa e Matemática ocuparem os espaços da escola os professores parecem separar os contextos pois elas são estranhas uma à outra como se estivessem em caixinhas separadas, como se o ser humano pudesse escolher uma ou outra. E assim o domínio do código linguístico acaba por vencer e ser colocado em primeiro plano relegando a matemática a um segundo plano. Aqui não estamos desmerecendo a língua materna, pois sabemos que a criança pensa e raciocina em sua linguagem do dia a dia, porém entendemos que o desmerecimento de também desde cedo a prioridade ser também uma outra linguagem simbólica como a matemática precisa e deve ser apresentada no contexto da linguagem mãe.

Tanto a Alfabetização quanto o Letramento na Língua Portuguesa, nesse caso Língua Materna, como em Matemática precisam partir de uma perspectiva crítica em relação aos objetivos e a necessidade de ir além da mera reprodução e memorização de leituras e algoritmos. Muitas vezes a forma se pensar esses conceitos negligenciam o desenvolvimento de habilidades e ainda de um pensamento crítico e lógico. Nesse modelo, as crianças ficam como atomas, capazes de seguir processos e regras, mas sem realmente compreender e interpretar a realidade.

A linguagem falada e a linguagem matemática são formas de comunicação distintas, cada uma com suas próprias características e finalidades. Elas desempenham papéis diferentes na forma como expressamos ideias, conceitos e informações em contextos variados. Assim como na linguagem escrita, a matemática tem sua própria linguagem, notação e símbolos que permitem a comunicação de conceitos, ideias e procedimentos matemáticos de maneira precisa. Tanto a linguagem falada e escrita quanto a linguagem matemática têm o objetivo de comunicar ideias e informações, embora em contextos diferentes.

Para Danyluk (2002, p. 19):

Ler matemática significativamente é ter a consciência dirigida para o sentido e o significado matemático do que está sendo lido. É compreender, interpretar e comunicar ideias matemáticas. É nesse ato de conhecimento que os atos de criticar e de transformar se fazem presentes, realizando o movimento da consciência direcionado para as coisas.

Para a autora, quem lê não apenas consome a mensagem, como também pode criticar de forma contundente aquilo que leu, e ainda re-elaborar um discurso no seu mundo-vida, com novos caminhos. E assim, a compreensão do que se lê de forma crítica contribui também com a inserção social daquele que leu e compreendeu para enfim ter ações na sociedade.

A escolha entre usar ou não o termo "letramento" no Brasil, também em Matemática depende de como se deseja enfatizar o desenvolvimento das habilidades de linguagem escrita e da compreensão das práticas sociais em que essas habilidades são utilizadas. Em Matemática Danyluk (2002, p. 234) enfatiza que:

Diz respeito aos atos de ler e de escrever a linguagem matemática. Quanto ao ato de ler, envolve a compreensão e a interpretação dessa linguagem. E a escrita faz com que a compreensão existencial e a interpretação desenvolvidas sejam fixadas e comunicadas pelo registro efetuado. Ainda, permite melhor expressão e desenvolvimento do pensamento, podendo o registro escrito ser retomado continuamente pelo sujeito-autor e por outros sujeitos, companheiros ou não de uma mesma interrogação. Possibilita, igualmente, uma dialética entre o já pensado e fixado pela escrita e aquilo que está sendo construído em um momento presente pelo sujeito e seus interlocutores. Ao professor alfabetizador compete tornar vivos os momentos de criação de escritas durante as aulas.

A linguagem Matemática é também um elemento fundamental para que a realidade seja interpretada e compreendida, e segundo Machado (1990) essa linguagem é apresentada de asséptica, descontextualizada e pensando apenas em questões que fogem aos domínios matemáticos tais como os domínios sintáticos e semânticos preocupando-se com as regras de construção de algo em detrimento de seu significado real. A linguagem matemática também



precisa do ato de ler e escrever e pensar em sua língua materna e transferir esse pensamento para a linguagem matemática para interpretar as duas linguagens, que em muitos momentos não são semelhantes e muito menos iguais.

Vivemos em uma sociedade em que a escola e instituições se acostumaram a falar que a “Matemática desenvolve o raciocínio lógico”, segundo Machado (1990), nesses casos, o termo raciocínio vem adornado, como se fosse um adjetivo lógico. E muitos professores acreditam nisso, que aprenderam ao longo de suas formações, fica como se o ato de pensar, a capacidade para tal fosse desenvolvida pela Matemática e assim não existisse nenhuma forma de pensar, nenhuma linguagem que antecederesse ao uso dos códigos e regras matemáticas. Na verdade a organização do pensamento no ato de raciocinar se dá em qualquer atividade e lembrando que ao fazermos isso, o pensamento é constituído em nossa língua materna, ou seja, raciocinamos e pensamos não com números e códigos, mas sim com palavras.

É importante reconhecer que a linguagem falada e a linguagem matemática têm propósitos distintos e complementares. A linguagem falada é fundamental para a comunicação interpessoal e a expressão de emoções, enquanto a linguagem matemática é essencial para a comunicação precisa e estruturada de conceitos numéricos e matemáticos. Juntas, essas duas formas de linguagem enriquecem nossa capacidade de compreender e interagir com o mundo ao nosso redor.

A leitura da Linguagem Matemática para Danyluk (2002, p. 19) é “aquela expressa pelo discurso matemático, que por sua vez, é definido como sendo a articulação inteligível dos aspectos matemáticos compreendidos, interpretados e comunicados pela pessoa, dentro de uma civilização”, sendo assim tudo se torna permeado por ideias e ideais contidos nos discursos dessa sociedade e essa cultura. “O ato de ler e de ler a linguagem matemática está fundamentado nos atos humanos de compreender, de interpretar e de comunicar a experiência vivida (DANYLUK, 2002, p. 18).

Ler também em matemática é reconhecer e entender que matematicamente existe uma simbologia a ser decodificada para que possa ser comunicada de forma a se passar o que está presente na mensagem. De acordo com Danyluk (2002), ler textos matemáticos é ter consciência do sentido e do significado do dito e o instituído daquilo que está sendo lido. De acordo com Danyluk (2002), “a escrita revela, também, a cultura, a tradição, ou seja, a interpretação de toda uma experiência de uma civilização” (p. 24). Logo, a escrita é uma forma de comunicação e das mais importantes.

Nesse sentido, em conjunto, a alfabetização matemática foca nas habilidades básicas de matemática, enquanto o letramento/numeramento matemático vai além e inclui a compreensão

de conceitos matemáticos mais avançados, resolução de problemas do mundo real, interpretação de dados estatísticos, análise de informações quantitativas e a aplicação da matemática em diversas situações.

É importante notar que ambos os conceitos, seja na linguagem escrita ou na matemática, não se tratam apenas de habilidades técnicas, mas também de capacidades cognitivas e críticas. A alfabetização matemática e o letramento/numeramento matemático visam capacitar os indivíduos a compreender, analisar e aplicar a matemática de maneira reflexiva, tornando-se cidadãos mais informados e aptos a enfrentar desafios que envolvam o pensamento quantitativo em suas vidas pessoais e profissionais.

O termo "letramento" tornou-se um conceito importante nas discussões pedagógicas e na política educacional brasileira, refletindo a compreensão de que as habilidades de linguagem escrita não se limitam ao ato de ler e escrever, mas também incluem a compreensão e a aplicação dessas habilidades em diversos contextos.

O letramento/numeramento matemático é um estágio avançado da alfabetização matemática. Ele envolve a capacidade de compreender, interpretar e aplicar conceitos matemáticos em diferentes contextos da vida cotidiana, acadêmica e profissional. Assim como o letramento na linguagem escrita se refere à habilidade de ler, interpretar e comunicar-se de maneira eficaz através da escrita, o letramento/numeramento matemático se refere à capacidade de usar a matemática de forma crítica e produtiva.

Viver em uma sociedade complexa e interconectada exige não apenas a capacidade de ler e escrever, mas também de compreender e usar informações de maneira eficaz. O termo "letramento" destaca a importância de ir além da simples decodificação das palavras. Em conjunto, a alfabetização matemática foca nas habilidades básicas de matemática, enquanto o letramento/numeramento matemático vai além e inclui a compreensão de conceitos matemáticos mais avançados, resolução de problemas do mundo real, interpretação de dados estatísticos, análise de informações quantitativas e a aplicação da matemática em diversas situações.

Da mesma forma em que apresentam termos dividindo opiniões, como Letramento Matemático e Numeramento, polarizam também a forma de apresentar a Língua Materna e a Matemática. Machado (1998) observa que tudo isso dificulta o objetivo educacional que é o de fornecer instrumentos para o desenvolvimento pessoal de cada ser de forma contínua e progressiva, no sentido de crescer intelectualmente.

(...) a Matemática e a Língua Materna representam elementos fundamentais e complementares, que constituem condição de possibilidade do conhecimento, em qualquer setor, mas que não podem ser plenamente compreendidos quando considerados de maneira isolada (MACHADO, 1998, p. 83).

Quando os professores ensinam Matemática, eles usam a Língua Materna para explicar conceitos matemáticos aos alunos. A habilidade de explicar de forma clara e acessível é essencial para o aprendizado eficaz da Matemática. A Língua Materna desempenha um papel crucial na comunicação de resultados matemáticos. Quando os matemáticos resolvem problemas ou conduzem pesquisas, eles precisam ser capazes de expressar suas descobertas e raciocínios em palavras de maneira clara e precisa. A Língua Materna permite que eles compartilhem suas descobertas com colegas e o público em geral.

A habilidade de ler e compreender problemas matemáticos é fundamental. A Língua Materna permite que os alunos interpretem com precisão os enunciados dos problemas, identifiquem as informações relevantes e formulem estratégias para resolvê-los.

Conforme Machado (1998, p. 15):

Uma verdadeira autonomia intelectual, a que toda educação deve visar, somente se viabiliza na medida em que os indivíduos em geral sentem-se capazes de lidar com a Língua Materna e com a Matemática de modo construtivo e não apenas na condição de meros usuários.

A Língua Materna são interdependentes e se complementam. A capacidade de usar a Língua Materna para comunicar ideias matemáticas de maneira eficaz é essencial para o sucesso na Matemática e em muitos outros campos do conhecimento. Juntas, essas disciplinas formam a base do pensamento crítico, da comunicação eficaz e do desenvolvimento intelectual.

Para Maia (2013, p. 192) existem divergências e convergências entre Alfabetização e Letramento: “As convergências estão relacionadas às visões existentes de cada processo. As divergências surgem quando do estabelecimento das relações entre os dois processos; e, os aspectos de complementariedade são inferências e interpretações que fazemos”. Ambos são componentes essenciais da educação e estão relacionados à linguagem, mas abordam aspectos diferentes e têm diferentes enfoques pedagógicos. Tanto o letramento quanto a alfabetização têm a linguagem como seu principal objeto de estudo. Ambos visam desenvolver habilidades de comunicação, leitura e escrita.

A alfabetização tem um escopo mais limitado e se concentra principalmente na leitura e escrita de textos. Geralmente é associada ao desenvolvimento de habilidades básicas de leitura. Enquanto o Letramento tem um escopo mais amplo e inclui a capacidade de utilizar a

linguagem de maneira eficaz em diferentes contextos e para diferentes propósitos. Envolve a alfabetização, mas também vai além dela, abrangendo aspectos mais amplos da competência linguística.

Compreendemos que a Matemática e a Língua Materna/Portuguesa, nesse caso, enquanto linguagens essenciais e complementares para a compreensão de mundo, mesmo sabendo da necessidade de outras ciências, essas duas linguagens se constituem como possibilidade de conhecimento envolvendo a vida social e cultural, mas mesmo nesse pensamento, nenhum tipo de ciência pode ser pensado de forma isolada. Nesse sentido, o desenvolvimento da aptidão para a leitura e escrita matemática nos anos iniciais da educação é fundamental para construir uma base sólida de compreensão numérica e habilidades matemáticas. Assim como a leitura e escrita na linguagem, a leitura e escrita matemática envolvem a capacidade de interpretar, comunicar e resolver problemas matemáticos de maneira eficaz.

Existe uma interdependência entre as duas linguagens, Matemática e Língua Materna/Portuguesa, e não a preponderância de uma sobre outra. A leitura é o caminho para a vida em sociedade e está precisa ser feita em várias linguagens, a criança/estudante precisa ler tanto em língua materna quanto em matemática, ler e compreender. Precisamos de alunos leitores, que leiam as duas linguagens, ler e interpretar textos em Matemática não se constitui como tarefa fácil, pois a compreensão de símbolos e termos específicos é necessária na decodificação de textos matemáticos, porém essa leitura e compreensão são necessárias para uma utilização consciente de conhecimento e ainda para saber usar instrumentos básicos para a representação da realidade na vida em sociedade.

Acreditamos que o processo de Alfabetização é bastante complexo, e também que o Letramento precisa ser pensado lado a lado do processo de alfabetizar e não separado. Com o advento da tecnologia no mundo em que vivemos, observamos ainda mais a complexidade da educação e do ensino, que muitas vezes é pensado de forma equivocada. A teoria, a experiência, a prática, o querer e o fazer são ações distantes umas das outras, apesar de serem necessárias e importantes para pensadores sobre o Alfabetizar e o Letrar, seja em Língua Materna/Língua Portuguesa e/ou Matemática.

A Alfabetização e o Letramento/Numeramento devem ser vistos e estudados como Contraponto à situação de pessoas não pensantes, não reflexivas e vivendo em uma sociedade sem ter criticidade alguma do que acontece ao seu redor. Buscar meios de compreensão, meios de aprendizagem de forma crítica e reflexiva, poderá nos fazer cidadãos mais atuantes, pensantes e menos como seres que aceitam o que vêem e escutam. Alfabetização e

Letramento/Numeramento deveriam ser os pilares da educação, pois com ela e o conhecimento podemos pensar criticamente sobre o mundo. Ao contrário do que vemos, poderíamos usar o conhecimento para mudar a sociedade e não ficar estagnado em o uso de uma escola que nos faz decorar sílabas e tabuada, totalmente fora de contexto.

Dessa forma temos sim o Ponto! O ponto que envolve a Alfabetização o Letramento e o Numeramento, como condições necessárias para vivermos em sociedade de forma crítica. E assim, assumimos o Contraponto de estarmos vivendo, ainda que pensando nas necessidades básicas educacionais para vivermos a vida em sociedade, termos aqueles que não conseguem o mínimo necessário para isso. Ou seja, fica ainda os questionamentos: Alfabetização, letramento, Numeramento, são possíveis? Eles acontecem? Quais seus sentidos e significados? A distância entre o que sabemos, queremos e que realmente fazemos para mudar a situação?

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília: MEC, p.136, 1993.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 25 abr. 2007 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm). Acesso em: 9 set. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Brasília, 2012 a. Disponível em: [https://pacto.mec.gov.br/materiais-listagem/item/download/12\\_ab2c739d2e8293712078e7b6b0c12abbhttps://pacto.mec.gov.br/materiais-listagem/item/download/12\\_ab2c739d2e8293712078e7b6b0c12abb](https://pacto.mec.gov.br/materiais-listagem/item/download/12_ab2c739d2e8293712078e7b6b0c12abbhttps://pacto.mec.gov.br/materiais-listagem/item/download/12_ab2c739d2e8293712078e7b6b0c12abb). Acesso em: 9 set. 2023.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica. **Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: formação do professor alfabetizador: caderno de apresentação**. Brasília: MEC, SEB, 2012b. 40 p. ISBN 978-85-7783-127-2.

BRITO, J. A. M. **As práticas de letramento no contexto da EJA**. 2011. 187 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011. Cap.5.

DANYLUK, Ocsana Sônia. **Alfabetização matemática: as primeiras manifestações da escrita infantil**. 5. ed. – Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2002.

FAYOL, Michel. **Numeramento: aquisições das competências matemáticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

FONSECA, M. C. F. R. (org). **Letramento no Brasil: habilidades matemáticas**. São Paulo: Global: Ação Educativa: Instituto Paulo Montenegro, 2004.

\_\_\_\_\_. Sobre a adoção do conceito de numeramento no desenvolvimento de pesquisas e práticas pedagógicas na educação matemática de jovens e adultos. In: **ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA**, Belo Horizonte, 9., 2007, Belo Horizonte. Anais [...] Belo Horizonte: UNI-BH, 2007. p. 1-12.

\_\_\_\_\_. Numeramento. **Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores**, 2014. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/numeramento>. Acesso em: 11 set. 2023.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam**. 23.ed. São Paulo. Autores associados: Cortez, 1989.

MACHADO. A. P. **Do significado da escrita da matemática na prática de ensinar e no processo de aprendizagem a partir do discurso de professores**. 2003. 291 p. Tese

(Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociência e Exatas/Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

MACHADO, N. J. **Matemática e língua materna**: análise de uma impregnação mútua. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MAIA, Madeline Gurgel Barreto; MARANHÃO, Cristina. **Alfabetização e letramento em língua Materna e em matemática**. Ciência e Educação. Bauru, v. 21, n. 4, p. 931-943, 2015. Disponível em: [www.anped.org.br/sites/default/files/gt07-1779-int.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt07-1779-int.pdf). Acesso em: 10 set. 2023.

MARCURSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MORTATTI, Maria do Rosario. **Métodos de alfabetização no Brasil**: uma história concisa. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2019.

OLIVEIRA, Paulo de. **História da educação no Brasil período Jesuítico**. Monografia apresentada pela Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2005.

PILETTI, Claudino. **História da Educação no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. **Filosofia da Educação**. 9.ed. São Paulo: Ática, 1997.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola, 2009.

\_\_\_\_\_. Alfabetização e letramentos múltiplos. In: BRASIL. RANGEL, Egon de Oliveira; ROJO, Roxane Helena Rodrigues (Orgs.). **Língua Portuguesa**: Ensino Fundamental. Coleção Explorando o Ensino. v. 19. Brasília: Ministério da Educação, 2010, p. 15-36.

\_\_\_\_\_. Gêneros discursivos do Círculo de Bakhtin e multiletramentos. In: ROJO, R. **Escol@ Conectada**: os multiletramentos e as TICS. São Paulo: Parábola, 2013. p. 13-36.

\_\_\_\_\_. Letramento e diversidade textual. In: **Boletim 2004, Alfabetização, leitura e escrita, programa 5**. Disponível em: <https://s17029d3866931cca.jimcontent.com/download/version/1411912589/module/8803600569/name/Letramento%20e%20diversidade%20textual.pdf>. Acesso em: 5 set. 2023.

SILVA, Alicia Mariani Lucio Landes da. **História da Educação**. Curitiba: Fael, 2011.

SILVA, Roberto. R. D; CARVALHO, Rodrigo S. de; SILVA, Rodrigo. M. D. Políticas contemporâneas de formação de alfabetizadores no Brasil: entre a potencialização dos desempenhos e a gestão pedagógica das inovações. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 15-35, jan./abr. 2016. DOI:10.5212/PraxEduc.v.11i1.0001.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 2.ed., p. 13 -60.

\_\_\_\_\_. Novas Práticas De Leitura E Escrita: Letramento Na Ciberultura. **Educ. Soc.** v.23 no.81 Campinas Dec. 2002.

\_\_\_\_\_. **Letramento e alfabetização:** as muitas facetas. Rev. Bras. Educ. no. 25 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2004.

\_\_\_\_\_. Letramento e alfabetização: um contraponto a muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, jan./ abr. 2004.

\_\_\_\_\_. **Letramento. Um tema em três gêneros.** 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

\_\_\_\_\_. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Rev. Bras. **Educ.**, Rio de Janeiro, n. 25, abr. 2003. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRxrZk/?format=pdf&lang=pt>  
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRxrZk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 10 set. 2023.